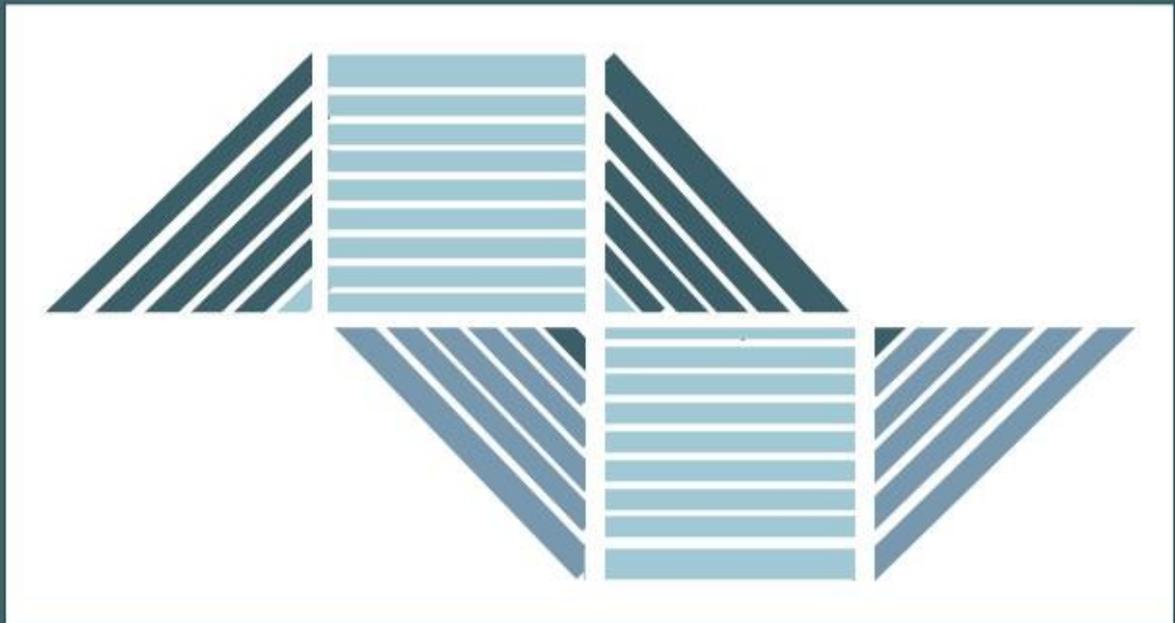


“A EDUCAÇÃO NO PÓS-PANDEMIA”



ANAIS DO XII SIMESP

**Simpósio Multidisciplinar da
Estácio São Paulo**

**- edição Cotia e
Carapicuíba**

2020



RESUMOS

XII Simpósio Multidisciplinar da Estácio São Paulo – edição Cotia e Carapicuíba – XII SIMESP

Data do Encontro: 21 e 22 DE OUTUBRO DE 2020.

Local: Plataforma virtual – Microsoft TEAMS

Edição on-line

Aviso

Todos os autores são responsáveis pelas opiniões emitidas e pelo conteúdo de seus resumos.

A REDE adota a licença Creative Commons e a política de acesso aberto, portanto, os textos ficarão disponíveis para que qualquer pessoa leia, baixe, copie, imprima, compartilhe, reutilize e distribua, com a devida citação da fonte e autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

PROGRAMAÇÃO LOCAL

Os Departamentos de Pesquisa e Extensão das Faculdades Estácio de Carapicuíba e Estácio Cotia promoveram o I SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E PESQUISA - REGIONAL CENTRO SUL (XII Simpósio Multidisciplinar da Estácio São Paulo - XII SIMESP - edição Carapicuíba e Cotia).

O objetivo do evento foi proporcionar à comunidade acadêmica espaço para a apresentação e discussão de trabalhos científicos e de extensão, nacionais e internacionais, das diversas áreas de conhecimento, tendo como tema central **“A EDUCAÇÃO NO PÓS-PANDEMIA”**

21/10/2020

HORÁRIO	ATIVIDADE
08:30 - 10h	Live O impacto Social promovido pela Pesquisa e Extensão no Contexto do Ensino Superior e a importância da Academia no contexto da pós-modernidade
10 – 12h	Apresentação dos resultados dos projetos de <u>Pesquisa e Produtividade</u>
10:00h	Alimentação, Saúde e Qualidade de Vida – <u>Profa. Alessandra Majer</u>
10:40h	Papel do exercício físico e suplementação da L-Leucina no controle de Apetite – <u>Prof. Elias França</u>
11:20h	Adaptações Metabólicas e utilização de substratos energéticos pelo músculo esquelético: efeitos do treinamento físico aeróbio - <u>Prof. Fernando Santa-Rosa</u>
14 – 16h	<i>Oficina</i> “Gestão de Tempo” - Prof. Marcus Vinícius Massa Fernandes
19 – 20h	Live “A experiência do repensar as atividades de pesquisa e extensão no cenário remoto e as oportunidades do hibridismo frente ao cenário Pós-Covid”
20 – 21h	Live “Equinodermos, sistema imune e a Itália: uma experiência de pesquisa no exterior” – Prof. Dr. Vinícius Queiroz Araújo
21 – 22:30h	<i>Apresentações Orais</i> Sala 1 – Direito Sala 2 – Direito Sala 3 – Educação Física Sala 4 – Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas Sala 5 – Saúde Sala 6 – Saúde

22/10/2020

HORÁRIO	ATIVIDADE
08 – 09h	<i>Live</i> A Educação sem limites através da Internacionalização
09 – 11h	Apresentação dos projetos de <i>Extensão</i>
09:00h	Coaching: Excelência e Equipes de Alta Performance com Ferramentas de Coaching Executivo – <u>Prof. Marcus Vinícius Massa Fernandes</u>
09:30h	Escrita e Metodologia da Pesquisa Científica: uma visão interdisciplinar – <u>Profa. Livia Vieira Lisboa</u>
10:00h	Oratória e Argumentação – <u>Prof. Raphael Luiz Retucci de Araújo</u>
10:30h	Advogando: Imersão no Cotidiano Forense Cível e Processual Cível – <u>Profa. Heidy Cabrera</u>
11 – 12h	<i>Apresentações Orais</i> Sala 7 – Direito Sala 8 – Saúde e Ciências Sociais Aplicadas Sala 9 – Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas
14 – 16h	<i>Oficina</i> “Currículo Lattes” - Profa. Ana Carolina Ralph
19 – 21h	Encerramento e Premiação

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Alessandra Pereira Majer	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Dra. Ana Carolina Lima Ralph	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Dr. Antonio Sabino da Silva Filho	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Dr. Carlos Eduardo da Silva Fontoura	Engenharias
Profa. Ma. Carolina Belli Amorim de Sá	Ciências Sociais Aplicadas
Profa. Dra. Daisy Catharina Rodrigues	Engenharias
Prof. Dr. Dalton Giovanni Nogueira da Silva	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Ma. Débora Queiroz Oliveira Feres Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas
Profa. Ma. Edna Aparecida Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Elias de França	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Dra. Elisabete Barbosa Castanheira	Ciências Sociais Aplicadas
Profa. Dra. Julyenne Meneghetti Campos Bampa	Engenharias
Prof. Dr. Leandro Ortunes	Ciências Sociais Aplicadas
Prof. Me. Marcus Vinicius Massa Fernandes	Engenharias
Prof. Me. Ricardo Feres Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas

GESTORES DAS UNIDADES

Prof. Esp. Ricardo Bianchi	Diretor da Estácio Carapicuíba
Prof. Me. Pedro Renan Debiazi	Diretor Acadêmico da Estácio Carapicuíba
Profa. Esp. Fabiana Borges de Moura Lima	Diretora da Estácio Cotia
Prof. Me. André Tonin Ferrari	Diretor Acadêmico da Estácio Cotia
Profa. Esp. Ingrid Bonfim	Supervisora Acadêmica da Estácio Cotia
Profa. Dra. Alessandra Pereira Majer	Coordenadora de Pesquisa e Extensão (unidades Carapicuíba e Cotia) e Editora dos Anais

RESUMOS DE ACORDO COM OS EIXOS TEMÁTICOS

Ciências Biológicas e Saúde

PERCEPÇÃO PÚBLICA SOBRE A PESQUISA CLÍNICA BRASILEIRA BASEADA EM PREENCHIMENTO DE QUESTIONÁRIO ONLINE	1
Ralph, A. C. L.	
EPIDEMIOLOGIA DO CÂNCER DE PRÓSTATA	2
Espejo, D. A.; Giovanni, D. N. S.	
FARMACIA CASEIRA: ARMAZENAMENTO E DESCARTE ADEQUADO DE MEDICAMENTOS	3
Prestes, N. O. J.; Majer, A. P.	
ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM FRENTE O OSTEOSSARCOMA INFANTIL	4
Oliveira, R. M.; Sales, H. S.; Santos, G.; Majer, A. P.	
PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AO PACIENTE COM SUSPEITA DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO	5
Mathias, A. L. R.; Rocha, E. F. C.; Silva, L. A.; Fedalto, C. Z. P.; Silva, A. P.	
CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS E INLÍCITAS EM FORMA DE COMPRIMIDO: RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO POR CAMPANHA PRESENCIAL	6
Oliveira, R. M.; Majer, A. P.	
A QUALIDADE DO SONO EM ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR	8
Pedroso, C. R.; Majer, A. P.	
EFEITO DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS EM QUADROS DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE	10
Junior, M. S. S. O.; Majer, A. P.	
AValiação DE IL-1B EM INDIVÍDUOS COM SOBREPESO COMO FATOR DE RISCO NO DESENVOLVIMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL: INFLUÊNCIA DO ESTILO DE VIDA FISICAMENTE ATIVO	11
Vicente, D. C.; Santa-Rosa, F. A.	
RELATIONSHIP BETWEEN MOTIVATIONAL REGULATION AND CARDIOVASCULAR DISEASES RISK MARKERS IN OVERWEIGHT AND OBESE SUBJECTS ON SPRINT INTERVAL TRAINING	12
Santos, S. G.; Almeida, L.; Lima, C. M.; Caperuto, E. C.; Hirota, V. B.; de França, E.	
ANOREXIC EFFECT OF L-LEUCINE SUPPLEMENTATION ASSOCIATED WITH SPRINT INTERVAL TRAINING	14
Almeida, L.; Lima, C. M.; Oliveira, J. S. O.; Santos, L.; Hirota, V. B.; Araujo, I. P.; Caperuto, E. C.; de França, E.	

Ciências Sociais Aplicadas

ESCRITA E METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR Lisboa, L. V.	16
ORATÓRIA E ARGUMENTAÇÃO Araújo, R. L. R.	17
CIBERCRIMINOLOGIA E EDUCAÇÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE A VITIMOGÊNESE NOS AMBIENTES VIRTUAIS E A ATUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO Favero, B. O.	19
ADVOGANDO: IMERSÃO NO COTIDIANO FORENSE CÍVEL E PROCESSUAL CÍVEL Cabrera, H. A.	20
PROJETO TEORIA, OFICINA E PRÁTICA (TOP): APLICAÇÃO NO ÂMBITO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA ESTÁCIO DE CARAPICUÍBA E OS IMPACTOS DO COVID-19 Ribeiro, R. F.; Lopes, H. M. D. S.; Vieira, I. M. A.; Souza, R. A.; Almeida, T. S.	21
O DIREITO CONTRATUAL NO BRASIL E ORIGEM DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS E COMUTATIVOS E A POSSIBILIDADE DE INADIMPLEMENTO DOS CONTRATOS INTELIGENTES Piscinato, G.; Ribeiro, D. Q. O. F.	23
OS NOVOS PACTOS CONTRATUAIS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: INÍCIO DOS CONTRATOS VIRTUAIS “SMART CONTRACT” NO BRASIL Lemos, B. S.; Ribeiro, D. Q. O. F.	25
SMART CONTRACT: A INOVAÇÃO CONTRATUAL QUE NECESSITA DE REGULAMENTAÇÃO Lima, K. M. C.; Ribeiro, D. Q. O. F.	27
OS NOVOS PACTOS CONTRATUAIS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: SMART CONTRACTS, BLOCKCHAIN: A INALTERABILIDADE DOS CONTRATOS INTELIGENTES E A RESPONSABILIDADE PELA PROTEÇÃO DE DADOS Lucas, S. D. S. ¹ ; Ribeiro, D. Q. O. F. ¹	29
CAMINHANDO, CANTANDO E SEGUINDO A CANÇÃO: REPENSANDO A EDUCAÇÃO DURANTE E PÓS-PANDEMIA FACE O SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO Santos, C. M. J.; Grotherhorst, R.	31
ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 1ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA Vieira, I. M. A.; Almeida, T. S.; Lopes, H. M. D. S.; Souza, R. A., Ribeiro, R. F.	33

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 2ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA	35
Souza, R. A.; Lopes, H. M. D. S.; Vieira, I. M. A.; Almeida, T. S.; Ribeiro, R. F.	
ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 3ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA	37
Almeida, T. S.; Lopes, H. M. D. S.; Vieira, I. M. A.; Souza, R. A., Ribeiro, R. F.	
ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 4ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA	39
Lopes, H. M. D. S.; Vieira, I. M. A.; Souza, R. A., Almeida, T. S.; Ribeiro, R. F.	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA COVID-19: ANÁLISES INICIAIS DE PESQUISA LEGISLATIVA E DOCUMENTAL	41
Queiroz, D. M. A.; Jandre, B. C. S.; Lisboa, L. V.	
A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA COVID-19: ANÁLISES INICIAIS DE PESQUISA LEGISLATIVA E DOCUMENTAL	43
Jandre, B. C. S.; Queiroz, D. M. A.; Lisboa, L. V.	
OS DESEQUILÍBRIOS DE GESTÃO COMO ATRATIVOS PARA OS INVESTIMENTOS DOS FUNDOS DE PRIVATE EQUITY	45
Franca, T. N.	
HOSTILIDADE NA PRODUÇÃO DE DESIGN E DO ESPAÇO	46
Clementino, G. S.; Yope, N. C.; Castanheira, E. B.	
Engenharias	
ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE EMPRESAS DA REGIÃO OESTE DE SÃO PAULO PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	47
Salgado Junior, S. S.; Fernandes, M. V. M.	
A NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: FÁBRICAS INTELIGENTES	48
Pinheiro, R. F.; Majer, A. P.	

PERCEPÇÃO PÚBLICA SOBRE A PESQUISA CLÍNICA BRASILEIRA BASEADA EM PREENCHIMENTO DE QUESTIONÁRIO ONLINE

Ralph, A. C. L.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

Apesar do grande esforço dos pesquisadores e da comunidade acadêmica em geral por desenvolver pesquisa no Brasil, dados apontam o pouco conhecimento da sociedade sobre a pesquisa de qualidade que é desenvolvida no país. Tal dado se reflete na opinião pública sobre os cortes de investimentos em pesquisa, que tem tido uma forte repercussão negativa, tanto nacional quanto internacional. Como forma de entender melhor o que a população entende sobre pesquisa clínica e como ela se posiciona sobre isso, o presente projeto tem como objetivo geral avaliar o nível de informação e de interesse sobre pesquisa clínica através do preenchimento de questionário online. O projeto foi aprovado pelo CEP da Invitare (CAAE 23488819.8.0000.8098) e teve 58 participantes incluídos até o momento. A abordagem utilizada foi o envio de Formulário google através de contato via redes sociais. Antes de responder o questionário, os participantes assinalaram a leitura do TCLE. Os resultados parciais apontam que a maioria dos participantes entrevistados (37,9%) possui pós-graduação completa e recebem entre 5 e 10 salários-mínimos. A área profissional de atuação é heterogênea, com 41,4% da área de ciências humanas, 36,2% da área da saúde e 22,4% das ciências exatas. Metade dessas pessoas (50%) utilizam as redes sociais como meio de informação e responderam que os três assuntos atuais que possuem mais destaque nacional são: esporte, agricultura e pecuária, e indústria. No entanto, elas acreditam que o dinheiro público deveria ser mais investido em ciência e tecnologia, meio ambiente e cultura, o que corrobora com os assuntos que mais interessam essas pessoas: medicina e saúde (35%), ciência e tecnologia (34%) e meio ambiente (31%). Por outro lado, essas pessoas acreditam que estão mais bem informadas em política (11%), medicina e saúde (10%) e economia e empresas (9%). Apesar do pouco conhecimento em pesquisa clínica (41,4%), sem uma razão específica, os entrevistados parecem sensibilizados com a importância da ciência, já que a maioria utiliza frequentemente a internet para procurar informações sobre ciência (25%), conversam frequentemente com amigos sobre ciência (21%), leem notícias científicas nos jornais (16%) e pelo menos 15% já participaram de manifestações a favor da ciência (protestos, abaixo-assinados e debates). Os resultados iniciais parecem indicar que o tema pesquisa clínica, mesmo para pessoas bem-informadas e de nível sociocultural elevado, parece não ter visibilidade social. Tais dados apresentam um bom indicativo da importância da divulgação da pesquisa clínica nas redes sociais como forma de aumentar a percepção pública positiva sobre o assunto, assim como realçar a importância do incentivo de novas pesquisas.

Palavras-Chave: opinião; pesquisa clínica; mídias sociais.

EPIDEMIOLOGIA DO CÂNCER DE PRÓSTATA

Espejo, D. A.¹; Giovanni, D. N. S.^{1,2}

¹ Universidade Nove de Julho – UNINOVE – SP

² Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

O câncer é o nome dado a um conjunto de mais de cem doenças que têm em comum o crescimento celular desordenado, é considerado um problema de saúde pública. A próstata é uma glândula existente somente no homem, localizada na parte inferior do abdômen, estando logo abaixo da bexiga e à frente do reto, envolve a porção inicial da uretra e produz parte do sêmen. O câncer de próstata está em sexto lugar como o câncer mais incidente mundialmente e o segundo mais comum em brasileiros, perdendo apenas para o câncer de pele não-melanoma. Sua taxa de incidência é cerca de seis vezes maior nos países desenvolvidos em comparação aos países em desenvolvimento. É conhecido como o câncer da terceira idade, mas tem prognóstico e sobrevida bons se diagnosticados em tempo. O diagnóstico mais comumente utilizado inclui o toque retal e a dosagem sérica do antígeno prostático específico. O fato dos casos de câncer de próstata terem aumentado nas últimas décadas deve-se ao maior acesso à informação e programas de prevenção.

Palavras-Chave: câncer de próstata; toque retal; antígeno prostático específico.

FARMACIA CASEIRA: ARMAZENAMENTO E DESCARTE ADEQUADO DE MEDICAMENTOS

Prestes, N. O. J.¹; Majer, A. P.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

² Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades
e Tecnologias – ESTÁCIO EUROSPAN - SP

Os medicamentos são produtos essenciais, que possuem o intuito de diagnosticar, prevenir, curar e aliviar sintomas. Estes passaram por avanços consideráveis ao longo dos anos e atualmente seu uso é acompanhado de diversos benefícios à saúde, mas também alguns riscos. Esse aspecto é de particular importância considerando que atualmente o acúmulo de medicamentos nas residências é uma prática frequentemente utilizada pela população, resultando na formação da Farmácia Caseira. Nesta é possível encontrar várias classes terapêuticas distintas, porém, na maioria das vezes, inadequadamente armazenadas, o que pode comprometer a eficácia e segurança destes medicamentos. Com o propósito de contribuir positivamente nesse cenário, esse projeto teve como foco o levantamento de informações sobre a adequada manutenção das Farmácias Caseiras, visando a partir destes a sensibilização e conscientização sobre sua gestão correta e os cuidados necessários para o descarte adequado dos resíduos gerados por estas. Para isso, foram efetuados levantamentos bibliográficos, nas bases de dados Google Acadêmico e LILACS. As fontes analisadas indicaram que o armazenamento é um fator muito importante em relação aos medicamentos. Apesar disso, diversos consumidores não possuem ou respeitam esse critério, os conservando de maneira incorreta. Por exemplo, muitos utilizam gavetas, dispensas, pias, caixas e até armários, geralmente os dispendo no banheiro, local úmido e inadequado. Também, a maioria das pessoas não faz a avaliação rotineira dos itens, muitas vezes mantendo e consumindo itens vencidos, prática que também resulta em risco. Por outro lado, quando um item é identificado como vencido ou apresenta suas características alteradas em função da inadequada manutenção, seu descarte muitas vezes é realizado de maneira inadequada, em pias, vaso sanitário ou lixo comum. Essa prática reconhecidamente resulta em impactos negativos, tais como a toxicidade para os organismos aquáticos, sendo indispensável a realização do descarte em Ecopontos especializados, como o situado na Faculdade Estácio Cotia, onde os medicamentos têm uma destinação final correta garantida. Portanto, é notável que o armazenamento e descarte dos medicamentos precisam ser executados de forma correta, com a sensibilização sendo essencial para que estes se deem e garantam maior segurança aos consumidores, assim como evitem impactos nocivos ao meio ambiente.

Palavras-Chave: farmácia caseira; descarte adequado; medicamentos; ecoponto.

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM FRENTE O OSTEOSSARCOMA INFANTIL

Oliveira, R. M.¹; Sales, H. S.¹; Santos, G.¹; Majer, A. P.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

² Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades
e Tecnologias – ESTÁCIO EUROPAN - SP

O Osteossarcoma infantil é um tipo de câncer caracterizado pelo desenvolvimento desordenado das células que acomete principalmente regiões de metáfise dos ossos longos. Apesar de raro é uma condição relevante que exige um tratamento prolongado e doloroso na maior parte dos casos, em função da indicação de procedimentos invasivos e/ou com efeitos colaterais associados. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o papel do profissional de enfermagem junto ao paciente de câncer infantil, especialmente de Osteossarcoma, visando especificamente levantar informações sobre o diagnóstico e intervenções de enfermagem, o tratamento recomendado para os pacientes diagnosticados e os cuidados de enfermagem aplicáveis. Para isso, foi realizada a presente revisão que se deu por meio de levantamentos bibliográficos em bases de dados especializadas e no site do Instituto Nacional do Câncer (INCA). Os dados demonstram que o profissional da enfermagem tem grande importância no diagnóstico das oncologias pediátricas, pois nas consultas de puericultura é possível identificar alterações fisiológicas no exame físico. Com o diagnóstico rápido, o tratamento pode ter início imediato, obtendo uma maior chance de cura, e assim resultando em menos sequelas e dor. O tratamento é realizado através de quimioterapia, radioterapia e cirurgias, com frequente amputação dos membros. O diagnóstico para a família e criança envolvida é devastador, com o cuidado da enfermagem sendo essencial, seja em termos de diagnóstico, cuidados curativos ou paliativos. Nestes, a equipe multidisciplinar tem a finalidade também de reduzir o sofrimento em diferentes aspectos, fornecendo o cuidado especializado com foco nas necessidades apresentadas.

Palavras-Chave: osteossarcoma infantil; câncer ósseo; cuidados paliativos; cuidados de enfermagem; enfermagem.

PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AO PACIENTE COM SUSPEITA DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

Mathias, A. L. R.¹; Rocha, E. F. C.²; Silva, L. A.³;
Fedalto, C. Z. P.⁴; Silva, A. P.⁴

¹ Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – INESP – SP

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas – MG

³ Faculdade Vendo Nova do Imigrante – FAVENI – ES

⁴ Universidade de São Paulo – USP – SP

O estudo teve como objetivo identificar a percepção do enfermeiro frente ao atendimento ao paciente com suspeita de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM). Tratou-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, realizado na Unidade de Pronto Atendimento do município de Pedro Leopoldo (MG). Fizeram parte do estudo onze enfermeiros. Emergiram categorias empíricas “A percepção do enfermeiro sobre o reconhecimento do paciente com suspeita de IAM” e “Fatores que interferem na atuação do enfermeiro durante o atendimento ao paciente com suspeita de IAM”. Concluímos que os enfermeiros possuem percepção quanto à importância do reconhecimento precoce dos sinais e sintomas dos pacientes com suspeita de IAM. No entanto, encontram barreiras para realizar esse atendimento. É necessário que se mantenham na busca por capacitação e atualização para continuarem com essa autonomia profissional frente ao paciente com suspeita de IAM, mas espera-se que investimentos sejam feitos pela instituição, visando à melhoria no funcionamento do serviço.

Palavras-Chave: Infarto Agudo do Miocárdio; Enfermeiro; Assistência.

CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS E INLÍCITAS EM FORMA DE COMPRIMIDO: RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO POR CAMPANHA PRESENCIAL

Oliveira, R. M.¹; Majer, A. P.²

¹ Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

² Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades
e Tecnologias – ESTÁCIO EUROSPAN - SP

Cada vez mais vem sendo relatada a presença de medicamentos em águas superficiais, subterrâneas e até mesmo naquela direcionada ao consumo humano pelo fornecimento municipal. Isso ocorre porque mesmo com o tratamento de água não é possível a remoção completa dos resíduos medicamentosos, o que torna as questões relacionadas ao descarte de medicamentos particularmente relevantes. Para atingir os corpos hídricos estes resíduos precisam ser inadequadamente descartados, geralmente na rede de esgoto, lixo comum ou mesmo em proximidade a lagos, rios ou em áreas que permitam sua percolação. Muitos medicamentos têm características relevantes de inflamabilidade, corrosividade e toxicidade, substâncias essas que também podem ser alteradas quando expostas a altas temperaturas, umidade e luz, podendo resultar em efeitos negativos para diversas espécies e desequilíbrio para o meio ambiente. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi de avaliar indiretamente os riscos associados a esta prática, monitorando os medicamentos na forma de comprimidos descartados no ecoponto da instituição e, também, sensibilizando a população das Faculdades Estácio de Cotia / Estácio Europan em relação ao consumo e descarte de medicamentos. Para tanto, os resíduos descartados no ecoponto institucional foram quantificados e classificados, sendo também levantadas informações bibliográficas sobre os impactos negativos destes em diferentes espécies. Entre agosto de 2019 a fevereiro de 2020 foram coletados 5.676 de medicamentos em forma de comprimidos, tanto de livre comercialização quanto de uso controlado. As classes terapêuticas observadas foram: antimicrobianos (48,29%), anti-hipertensivos (12,91%), antidepressivos (3,99%), analgésicos (3,75%), antiarrítmico (3,36%), antagonistas/angina II puros (3,14%), anti-inflamatórios (1,95%), sendo também observados em menor quantidade ansiolíticos, antidiarreicos, antivirais, relaxantes musculares, vitaminas, vasodilatadores, dentre outras classes. Dentre as classes terapêuticas, algumas merecem especial atenção quanto aos seus impactos ambientais, em particular os estrogênios, os quimioterápicos, anti-inflamatórios e antibióticos. No caso dos estrogênios isso se dá pelo seu potencial de afetar adversamente o sistema reprodutivo de organismos aquáticos causando, por exemplo, a feminização de peixes machos presentes em rios contaminados com descarte de efluentes de estações de tratamento de esgoto. Já quanto aos antibióticos a preocupação se deve ao potencial destes selecionarem bactérias resistentes, as tornando mais frequentes no meio. Por outro lado, já foi descrito o efeito de antidepressivos presentes em águas fluviais no desenvolvimento de girinos na etapa de metamorfose em rãs, além do comprometimento da percepção de pequenos peixes frente a predadores, sendo os fármacos que mais se destacam nestes casos os inibidores seletivos de recaptura de serotonina. Sendo assim, é possível concluir que o acúmulo de medicamentos corresponde a um problema sério, uma

vez que tem como consequência o aumento na quantidade de fármacos descartados, o que geralmente não ocorre em locais que garantam sua correta destinação. Esse é um grave problema no Brasil e no mundo e envolve questões culturais, econômicas e sociais. Por outro lado, a disponibilização de ecopontos que garantam a correta destinação final destes itens permite um correto gerenciamento destes resíduos, e o considerável uso deste na instituição demonstra sua efetividade. Assim, é possível minimizar os efeitos negativos destes resíduos no que diz respeito a contaminação dos solos e das águas sendo, porém, essencial a conscientização da população sobre os riscos e cuidados exigidos pelos medicamentos.

Palavras-Chave: drogas lícitas; automedicação; descarte correto.

A QUALIDADE DO SONO EM ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR

Pedroso, C. R.¹; Majer, A. P.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

² Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades e Tecnologias – ESTÁCIO EUROSPAN - SP

A qualidade de vida de um indivíduo vai além da ausência de doenças, podendo ser considerada o somatório de diversos aspectos, como as condições de moradia, rotina de trabalho e estudos, situação financeira, práticas de atividades física, padrão alimentar e de sono. De modo mais abrangente, o sono é de suma importância para a vida do ser humano, sendo fundamental para sua sobrevivência. Isso porque este é essencial para a homeostasia e restauração do organismo, tendo influência direta nos processos cognitivos, psicossociais e afetivos, os quais são prejudicados em casos de privação. Este projeto teve como objetivo específico avaliar a qualidade de sono de alunos da Faculdade Estácio Cotia/ Europan, identificando os pontos merecedores de maior atenção. Para isso, alunos de diversos cursos foram convidados a participar do estudo, que previamente foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa. Os voluntários tiveram sua qualidade de sono avaliada pelo método de PSQI (Índice de Qualidade do Sono de Pittsburg), pelo qual os que apresentaram um escore maior que cinco foram classificados como maudormidores. Os dados indicaram que a maioria dos alunos avaliados apresentou padrão de sono alterado, resultado associado primeiramente ao reduzido número de horas de sono (geralmente entre seis e quatro horas), seguido de um intervalo geralmente de meia hora para adormecer, somado ao frequente despertar que ocorreu pelo menos uma vez no meio de noite. Outros pontos de atenção foram menos frequentes quanto ao padrão de sono, com a maioria dos entrevistados não apresentando episódios de dificuldade respiratória, tosse, ronco forte, frio/calor anormal, pesadelo ou dor. Também, apesar dos entrevistados considerarem sua qualidade de sono como boa, muitos admitiram apresentar dificuldade para ficar acordados e realizar atividades corriqueiras. Um número reduzido de voluntários ainda pontuou a utilização de medicação específica para indução de sono, ou de apresentarem episódios de desorientação. Diante disso, é importante ressaltar que para se considerar um bom dormidor é necessário que o indivíduo apresente um dia produtivo após as horas dormidas, e para isso é preciso que o corpo entre em estado de relaxamento, com a presença da queda da pressão sanguínea e frequência respiratória durante o sono, algo não reconhecido por muitos dos entrevistados. Existem diversos motivos possíveis para um sono ruim, como questões associadas a saúde, como ansiedade e doenças respiratórias. Por outro lado, aspectos ambientais também apresentam claro efeito na qualidade de sono, por determinarem a sensação de segurança, assim como o nível de ruído e de claridade. Essa última pode também ser resultado do uso prolongado de tecnologias como televisão, celulares ou tablets, que pode mesmo se dar no tempo que deveria ser destinado ao sono. Assim, é importante ressaltar que a má qualidade do sono por tempo prolongado pode gerar graves problemas cognitivos, aumento da pressão arterial, irritabilidade, ansiedade, depressão, dificuldade com a fala e raciocínio rápido, problemas para trabalho em equipe e em relações afetivas, assim como também estimular o uso de substâncias nocivas, como tabaco e álcool. Dessa forma conclui-se que apesar do sono ser essencial para a qualidade de vida humana, a

falta de conhecimento e o padrão de vida atual parecem contribuir consideravelmente para uma baixa qualidade neste parâmetro. Considerando especificamente para os estudantes de ensino superior privado, essa realidade se torna particularmente relevante, por esses serem mais suscetíveis a doenças emocionais, como ansiedade e depressão, em função de se encontrarem em uma fase de maior pressão devido a rotina exaustiva de estudo, trabalho e vida familiar. O subsequente agravo em termos de irritabilidade dificulta os trabalhos em grupo e as relações afetivas. Por outro lado, durante o sono o cérebro sintetiza proteínas que auxiliam na aprendizagem e memória, o que torna a qualidade deste ainda mais importante neste período da vida. Sendo assim, são fundamentais os cuidados em diminuir/ eliminar o uso de tecnologias durante o preparo para dormir, mantendo boa qualidade ambiental e, sempre que possível, dedicando as horas necessárias para o adequado descanso e, mesmo, buscando auxílio médico e/ou psicológico quando necessário, visando um nível mais satisfatório de sono e, conseqüentemente, de qualidade de vida.

Palavras-Chave: sono; qualidade de vida; aprendizagem; sensibilização.

EFEITO DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS EM QUADROS DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE

Junior, M. S. S. O.¹; Majer, A. P.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

² Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades
e Tecnologias – ESTÁCIO EUROPAN - SP

A atividade física traz benefícios para a saúde, tanto em termos físicos, ao melhorar o desempenho cardiopulmonar, quanto em termos mentais, ao apresentar um carácter preventivo e auxiliar no tratamento da depressão e ansiedade. Esse último benefício é um tema menos abordado na literatura, porém vem ganhando mais notoriedade em pesquisas nos últimos anos, muito em função da frequência destes transtornos, que no caso da depressão atinge 7,6% da população brasileira. Segundo o Ministério da Saúde, a depressão vem crescendo de forma significativa, afetando pessoas de qualquer idade e ocupando o segundo lugar das principais doenças nos últimos anos. Nesse âmbito, o objetivo do presente trabalho foi levantar informações sobre os benefícios da atividade física frente a quadros de depressão e ansiedade. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados, principalmente no site SciELO, com artigos datados de 2007 a 2019, nas línguas portuguesa e inglesa. As informações obtidas indicaram que a inatividade física é um fator impactante na saúde mental, por geralmente, diminuir a autoestima, o bem-estar e a sociabilidade, aumentando o estresse, ansiedade e sintomas depressivos, muitas vezes em decorrência de uma falta de controle de peso, que por sua vez resulta em problemas de autoimagem. Estudos realizados nos EUA afirmam que pessoas mentalmente saudáveis que praticam atividade física com regularidade tem menos ou nenhum sintoma de depressão e ansiedade em comparação aos que não o fazem, relatando a prática como eficaz na redução dos sintomas de pacientes clinicamente diagnosticados com tais transtornos. Em função disso, frequentemente é indicada a prática de atividades como a caminhada ao sol, já que esta contribui com a liberação de serotonina, que conseqüentemente resulta em sensação de bem-estar. Por outro lado, aspectos psicológicos associados à atividade física também são considerados pela literatura, como a distração decorrente desta ao desviar a atenção do praticante de estímulos desfavoráveis. Também são pontuados os benefícios das interações sociais decorrentes destas atividades que, em função do possível apoio dos envolvidos na prática, resultam em um efeito positivo adicional. Já quanto aos aspectos fisiológicos, são discutidos os efeitos das monoaminas no organismo, uma vez que os exercícios físicos aumentam a atividade sináptica decorrente de sua liberação, tais como certos antidepressivos, além de estimularem a liberação de endorfina, causando um estado de euforia natural e aliviando os sintomas da depressão. Tais aspectos estão em debate e continuam em estudo, porém as evidências sugerem um efeito positivo da prática de atividades físicas na prevenção e controle da depressão e ansiedade, demonstrando também a importância deste tipo de estudo na sua prevenção e tratamento.

Palavras-Chave: depressão; ansiedade; atividade física; saúde mental.

AVALIAÇÃO DE IL-1B EM INDIVÍDUOS COM SOBREPESO COMO FATOR DE RISCO NO DESENVOLVIMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL: INFLUÊNCIA DO ESTILO DE VIDA FISICAMENTE ATIVO

Vicente, D. C.¹; Santa-Rosa, F. A.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

² Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo – EEF – SP

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma síndrome crônica multifatorial, possui uma progressão complexa e é causada por fatores congênitos ou adquiridos. Esta doença atinge parte significativa da população mundial adulta e é fator de risco para doenças cardíacas e disfunção renal. O acúmulo de tecido adiposo tem sido associado como fator de risco para o desenvolvimento da hipertensão, pois pode promover alterações no sistema imunológico e no controle autonômico. A atividade física pode atuar de forma positiva melhorando a disfunção autonômica e alterando positivamente o perfil inflamatório. Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar e comparar parâmetros hemodinâmicos, de composição corporal e níveis plasmáticos da citocina pró-inflamatória IL-1b entre indivíduos insuficientemente ativos ou fisicamente ativos com sobrepeso e obesidade. Foram selecionados sujeitos do sexo masculino divididos em grupos de sedentários com sobrepeso (SS), fisicamente ativos com sobrepeso (FAS) e fisicamente ativos sem sobrepeso como controle (FAC). Foi realizada avaliação da composição corporal com uso da bioimpedância e medida da pressão arterial utilizando o método oscilométrico, além da coleta de sangue e análise bioquímica por ELISA para a quantificação da citocina plasmática IL-1b. Os resultados do presente estudo demonstraram que a citocina pró-inflamatória IL-1b apresentou níveis aumentados no grupo de indivíduos sedentários e com sobrepeso e obesidade quando comparado ao grupo controle, contudo, o grupo fisicamente ativo com sobrepeso e obesidade não apresentou diferença estatisticamente significativa quando comparado ao grupo controle (FAC: $7,5 \pm 0,9$; FAS: $10,9 \pm 1,0$; SS: $11,3 \pm 0,8$ pg/mL). Com relação à pressão arterial sistólica foi observada diferença estatisticamente significante apenas entre o grupo controle e o grupo de indivíduos sedentários com sobrepeso (FAC: $121,8 \pm 6,1$; FAS: $130,9 \pm 9,5$; SS: $135,7 \pm 15,5$ mmHg), não sendo observada diferença na pressão arterial diastólica (FAC: $76,9 \pm 8,3$; FAS: $84,2 \pm 6,0$; SS: $83,6 \pm 10,9$ mmHg). Esses resultados demonstram que mesmo diante da obesidade, a atividade física pode ser fator importante na manutenção da pressão arterial (PA), além de controlar os níveis da citocina inflamatória IL-1b. Portanto, conclui-se que a prática de atividade pode ser uma estratégia adjuvante nos fatores de risco para desenvolvimento da HAS.

Palavras-Chave: Hipertensão arterial sistêmica; exercício físico; citocinas inflamatórias; sobrepeso; obesidade.

RELATIONSHIP BETWEEN MOTIVATIONAL REGULATION AND CARDIOVASCULAR DISEASES RISK MARKERS IN OVERWEIGHT AND OBESE SUBJECTS ON SPRINT INTERVAL TRAINING

Santos, S. G.¹; Almeida, L.¹; Lima, C. M.¹;
Caperuto, E. C.²; Hirota, V. B.³; de França, E.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio Euro-Panamericana de Humanidades
e Tecnologias - ESTÁCIO EUROPAN - SP

² Universidade São Judas Tadeu - SÃO JUDAS - SP

³ Faculdades das Américas- FAM - SP

The scientific literature points out that the relative risk of several chronic (such as coronary and cardiovascular diseases- CVD) are strongly related to sedentarism. However, the adoption of a chronic physical activity for maintaining or improving metabolic health is only incorporated if it is meaningful and pleasurable, i.e., such practices must satisfy basic psychological needs (competence, autonomy, and positive climate). However, the lack of time and motivation have been shown as important variables to be considered when suggesting that the at-risk population (obese and sedentary individuals) engage in physical exercise. On the one hand, to meet these demands (lack of time and motivation), the high-intensity interval sprint (SIT) has been gaining prominence (in the scientific literature, media and among practitioners of physical exercise) for presenting results (for example, decrease in risk factors of cardiovascular disease) in the short term (50-60% less than conventional training - continuous training). On the other hand, obese individuals have been diagnosed as little motivated to practice physical exercise, in addition to the fact that the SIT seems to demand high levels of motivation, this seems to make the counselling of obese and sedentary individuals unfeasible for the SIT practice because it seems that the SIT promotes negative feedback on motivation. However, there are no data in the literature regarding studies related to motivation about SIT. Therefore, the aim of this study was to analyze the relationship between motivational regulation and cardiovascular disease (CVD) risk markers before and after an interval sprint training (SIT) program in overweight and obese individuals. We evaluated the motivational regulation types before SIT and CVD risk markers before and after 8 weeks of an SIT program in twenty subjects (34 ± 8 years; height, 1.68 ± 6.8 cm). The SIT was performed on a cycle ergometer, 3 times/week-1, with 4-6 series of 30 seconds' maximum effort (interspersed by 4 min of rest interval). Before and after the intervention, total cholesterol (TC) and fractions (LDL, HDL), triglycerides (TAG), fat percentage (%FT), skinfolds' sum (DB), fat mass (FT), hip (HC) and abdomen (AC) circumference were analyzed. After the 8 weeks of SIT training, participants had a significant increase in plasma HDL and QC, while there was a decrease in TAG concentrations (all $P < 0.05$). The participant's study showed no values for amotivation (0.00 ± 0.00 ; on a scale of 0 to 5 points), low value for introjected motivation (0.42 ± 0.64), but presented moderate values of external (2.17 ± 0.89), identified (3.74 ± 0.40) and intrinsic (3.22 ± 0.53) motivation. Before training, the average motivation (mean values of introjected, external, identified, and intrinsic motivational regulation) was negatively correlated with TAG ($r = -0.43$, $P = 0.04$), %FT ($r = -0.45$, $P = 0.03$), FT ($r = -0.53$, $P = 0.01$) and HC ($r = -0.51$, $P = 0.02$). Also, the average motivation was positive and

significant correlated with deltas' TAG ($r=0.55$, $P<0.00$) and AC ($r=0.61$, $P<0.00$) and negatively correlated with deltas' HC ($r=-0.82$, $P<0.00$) and HDL ($r=-0.66$, $P<0.00$) pre- to post-training change. Our results suggest that there is a relationship between both anthropometric and plasma markers related to CVD risks with motivational regulation profile, and such relationship may influence the beneficial results induced by SIT in overweight and obese individuals.

Keywords: motivation; high-intensity interval training; cardiovascular disease risk.

ANOREXIC EFFECT OF L-LEUCINE SUPPLEMENTATION ASSOCIATED WITH SPRINT INTERVAL TRAINING

Almeida, L.¹; Lima, C. M.¹; Oliveira, J. S. O.^{2,3}; Santos, L.¹;
Hirota, V. B.³; Araujo, I. P.¹; Caperuto, E. C.²; de França, E.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio Euro-Panamericana de Humanidades
e Tecnologias - ESTÁCIO EUROPAN - SP

² Universidade São Judas Tadeu - SÃO JUDAS - SP

³ Faculdades das Américas- FAM - SP

Recent evidence suggests that sprint interval training (SIT) and L-leucine (L-leu) supplementation induce an acute anorexic effect. This study aimed to evaluate the caloric intake after SIT combined with high dosage L-leu supplementation. Ten volunteers (27.9 ± 11.0 y; BMI= 22.9 ± 1.5; body fat= 14,1 ± 6.0) health and physical trained (with training session ranging from 3≥ to 7 days per week) performed a double-blind crossover randomized and counterbalanced experiment with two different conditions: 1) L-leu supplementation followed by SIT and 2) placebo supplementation followed by SIT. Each condition lasted three days and was separated by 7 days washout. On the first day of the experiment, the volunteers only recorded the food intake (which was reproduced on the first day of the second condition). On the second day of the experiment, the volunteers came to the laboratory (8 am) on an 8h overnight fasting to perform the first dose of supplementation followed by an ad libitum breakfast. After (45 min) breakfast, participant performed a SIT protocol (four all-out 30 seconds running-sprint, with four-minute rest interval between bouts). After SIT protocol, the participants register all free-living food intake on the rest of the day and on the following day (third day). The L-leu supplementation consisted of 200 mg/kg-1 of body weight divided into three daily doses (every 8 hours). The supplement was administered in powder diluted in 200 ml of water (L-leu was mixed with 200 mg/kg-1 of maltodextrin). Placebo consisted of 400 mg/kg-1 of body weight of maltodextrin. The first dose of supplementation was in the fasted state, 60 min before the SIT, and the second and third dose at each 8h between doses. Supplementation was also administered in the day after the SIT (the first dosage in the fasting state, before breakfast) and the other two dosages respecting the 8-hour interval. Respectively for day one, two, and three caloric intakes for L-Leu condition was 2,154 ± 548, 2,310 ± 471 and 1,831 ± 814 Kcal; for placebo condition caloric intakes was 2,154 ± 548; 3,040 ± 1,288; and 2054 ± 907 Kcal. Repeated measure ANOVA showed a main effect of time for caloric intake (P= 0.009, η²= 0,285), but not group interaction. Placebo but not L-leu has a significant increase in food intake (placebo= delta 886 kcal, 95% IC= 82 a 1690, P= 0.02; L-leu= delta 155 kcal, 95% IC= -648 a 959) from first to second day of test; from second to third day of test placebo has a trend to decrease food intake, which was similar to the day of test, before the SIT (placebo= delta -986 kcal, 95% IC= -2008 a 36; L-leu= delta -479, 95% IC= -1501 a 543. However, post-hoc (Bonferroni) reveal no difference between groups in the three days of the test. When the area under the curve was compared (AUC, calculated by trapezoidal method and analyzed via the paired t-test), L-leu condition had a trend lower total caloric intake when compared to the placebo condition (P = 0.09, 95% IC -3339 to 31591). There is no difference between groups in AUC for total CHO (p= 0.84), fat (p= 0.09) or protein (p= 0.14) caloric intake. Contrary to our

hypothesis, SIT induced orexigenic effect in our healthy young, trained volunteers, however high L-leu dosage seems to counteract this effect.

Keywords: leucine; appetite; sprint interval training.

ESCRITA E METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

Lisboa, L. V.¹

¹ Faculdade Estácio Euro-Panamericana de Humanidades
e Tecnologias - ESTÁCIO EUROSPAN - SP

Com a necessidade de se fazer pesquisa no ambiente universitário, entender as práticas da escrita científica, trazer uma ideia de um pensamento crítico e complexo, ou seja, reformar a prática em pesquisa, ou ainda, trazer novos ares ao entendimento de pesquisa, bem como entender os campos dos saberes, realizou-se projeto de extensão justamente para atender, de modo introdutório, às tais características de um “fazer ciência” ou de se pensar criticamente. Tal projeto foi submetido ao Comitê de Pesquisa e Extensão Cotia com a ideia precípua de pensar criticamente e entender os campos dos saberes e a própria pesquisa científica, a partir da necessidade de que a pesquisa e o observar os campos dos saberes são vistos e revistos ao se fazer um curso de escrita e metodologia científica, sob a ótica interdisciplinar, o que foi aprovado no ano de 2020. Criou-se, portanto, o curso de extensão “Escrita e Metodologia da Pesquisa Científica: uma visão interdisciplinar”. O presente curso prevê a ideia de que a pesquisa científica é necessária para a atividade do estudante, do profissional colaborador da própria instituição de ensino e, por fim, do profissional docente da instituição, que o irão utilizar em seus campos de atuação. Desta forma, a proposta do curso de extensão tem o objetivo de realizar um curso introdutório de escrita científica, num viés interdisciplinar para abarcar as dificuldades e necessidades dos alunos para escrever, bem como para a realização de trabalhos científicos, além de capacitar os professores e colaboradores na escrita e na pesquisa científica. Assim, como objetivos específicos se tem: a) Diminuir as dificuldades de escrita dos alunos, promovendo atividades práticas de escrita e pesquisa; b) Incentivar a pesquisa para os alunos, os professores e colaboradores, seja para atividades dentro da Estácio, como para busca de conhecimento e aperfeiçoamento; c) Diminuir as dúvidas no momento da escrita científica para a comunidade Europan. Assim, justifica-se a proposta do presente curso como a relevância para a atividade profissional e científica dos alunos, professores e colaboradores da Europan, sendo realizado de modo interdisciplinar. A metodologia se dá a partir da sala de aula invertida, em que os alunos irão ser protagonistas do curso, a partir de um sistema de atividades e colaboração conjunta, além de exposição teórica e prática e professores convidados para realizarem aulas específicas no curso. Como resultados parciais se tem o início do curso em outubro, com a introdução do pensamento científico.

Palavras-Chave: metodologia da pesquisa científica; pensamento crítico; pensamento complexo; campo dos saberes; interdisciplinaridade.

ORATÓRIA E ARGUMENTAÇÃO

Araújo, R. L. R.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

Conhecimentos teóricos da filosofia aplicada, direito, psicologia e saúde, conjugados com a vivência prática de situações típicas do Mercado de trabalho e comuns às relações humanas são catalizadores do desenvolvimento pessoal e profissional. Originalmente o presente Projeto era restrito a assuntos jurídicos, mas desdobrou-se em diversas áreas, permitindo a multidisciplinariedade. As áreas atuais abrangem Curso de Oratória e Argumentação, Tribunal do Júri Simulado, Juizado Especial Simulado, Liderança do Tribunal Simulado, Torneio de Oratória e Argumentação, Oratória nas Escolas, Debate Jovem, Oratória nas Entrevistas de Emprego. As pessoas apresentam imensa dificuldade para falar em público, manter lógica no raciocínio e proferir um discurso coerente. Universitários, sempre que são convidados a realizar uma exposição oral, demonstram alta inibição e desvios na sequência do pensamento que, conseqüentemente, acarretam em prejuízos na comunicação. Há uma importante lacuna nas grades curriculares do ensino superior, as quais, via de regra, subvalorizam a comunicação oral e expressão. As Faculdades não possuem disciplinas próprias para oratória e, poucas vezes, complementam o conhecimento com cursos e projetos de extensão com o tema. Os objetivos do presente foram: desenvolver a oratória, a desinibição e criar mecanismos de comunicação empática e assertiva entre alunos, alunos e professores, professores e direção, faculdade e comunidade em geral; capacitar a comunidade em técnicas de comunicação e oratória; oferecer instrumentos de linguagem corporal, neurolinguística e técnicas de persuasão para falar bem em público; estimular o discurso perante um Tribunal, mas também em palestras, aulas, bancas de TCC, entrevistas de emprego e reuniões; conhecer os elementos da Lógica e Teorias da Argumentação e desenvolver sentenças persuasivas dentro de um discurso oral; fomentar as pesquisas e aprofundar a reflexão sobre a lógica, retórica, hermenêutica e argumentação. Estudos têm revelado que o maior medo da população é o medo de falar em público. A capacidade de se comunicar é própria dos homens, mas a capacidade de se comunicar corretamente é própria dos profissionais de sucesso e dos Homens de visão. A retórica, a argumentação e a lógica são competências disputadas pelo Mercado de todas as áreas e servem de empoderamento nos relacionamentos humanos e na sociedade em diversas dimensões. Assim, de modo sequencial e escalável, o presente abrangeu diversas áreas com diferentes públicos. O atual cenário impulsiona para que o Projeto se desenvolva na área remota por meio de mídias sociais e recursos tecnológicos. Tanto no presencial quanto no digital, a oratória permanece como um recurso indispensável ao desenvolvimento pessoal e profissional. O Tribunal do Júri Simulado e o Juizado Especial Simulado agora são destinados a todos os alunos de modo a unir teoria e prática forense e permitem ao aluno vivenciar atividades típicas de bacharéis em direito. Acompanhados por Monitores de semestres mais avançados criou-se um processo de interação e fluxo de conhecimento entre metade do curso de direito. Em dois anos de Projeto presencial alcançou-se a marca de mais de três mil beneficiados, com a participação direta de 750 alunos em 6 cursos, 20 Encontros Técnicos, 8 Palestras, 2 Seminários e 64 Audiências Simuladas (workshops). Pesquisa de satisfação revelou que o projeto, em todas as suas dimensões, apresenta 98% de aprovação. Na modalidade on-line, adaptada ao novo cenário, permitir-se-á a participação

da totalidade dos alunos da Estácio. Os dados revelam que práticas assertivas e multidisciplinares, capazes de motivar, entregar conhecimento prático e capacidade de comunicação eficaz, transformam a comunidade acadêmica e melhoram a comunidade externa. Alunos testemunham melhoras dramáticas em seus empregos, relacionamentos e no desempenho acadêmico, tudo a partir de exercícios de liderança, empatia e busca equilibrada de resultados que façam sentido. A oratória não só ensina a falar em público e a se expressar, mas também desenvolve a pessoas em diversos aspectos mentais, pessoais e profissionais.

Palavras-Chave: oratória; persuasão; argumentação; desenvolvimento.

CIBERCRIMINOLOGIA E EDUCAÇÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE A VITIMOGÊNESE NOS AMBIENTES VIRTUAIS E A ATUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

Favero, B. O.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O presente trabalho tem por objetivo analisar a influência dos meios eletrônicos na criminalidade de massa, uma vez que o atual estágio do desenvolvimento tecnológico tem possibilitado novas formas de cometer delitos e, também criado bens jurídicos penalmente tuteláveis. Na sociedade da máquina verifica-se o enaltecimento do digital, inclusive, em detrimento do humano, onde à Polícia incumbe uma atuação cibercriminologicamente orientada, sobretudo, a partir das insuficiências dos tradicionais testes empíricos para conhecer, v.g., as relações existentes entre games violentos e criminalidade. Num tempo em que o Direito Penal é cada vez mais acionado para garantir segurança analisou-se a nova ótica de atuação policial, que tem na educação um nómos a delinear a ação e pensamento dos órgãos de polícia. Igualmente é de se destacar a forma como provedores de aplicação tem sistematicamente obstaculizado as investigações policiais, facilitando, ainda que por via oblíqua, as ações de delinquentes, alegando a necessidade de proteção do direito fundamental à intimidade de seus clientes. No mundo da tecnofilia é o próprio Estado que pode ser suplantado, e assim não há possibilidade de concretização de direitos fundamentais. Buscou-se escrutinar, então, os substratos epistemológicos da investigação e da inteligência policial, sendo que nesta se tem um instrumento de salvaguarda do Estado. Valor fundante do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana tem no Inquérito Policial Eletrônico (IP-e) um instrumento de reação à tecnofilia, que contribui de forma ímpar para uma eficiente atuação interagencial.

Palavras-Chave: concepções de professores; adaptação curricular; alunos com deficiência; ensino comum.

ADVOGANDO: IMERSÃO NO COTIDIANO FORENSE CÍVEL E PROCESSUAL CÍVEL

Cabrera, H. A.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

Em que pese o maior esforço das instituições de ensino no investimento didático/teórico, seja em literaturas, seja em capacitação do docente, há um grande déficit, no ramo educacional de nível superior, de cursos específicos de imersão na prática daquilo que se aprende na teoria. E é exatamente neste ponto que o presente projeto irá atuar, não com uma mera prática, mas com uma imersão completa, do acadêmico, na prática daquilo que está se preparando de forma teórica. Atualmente, em que pese a grande exigência de conhecimento teórico da matéria, em especial no ramo do Direito, destaca-se na carreira profissional, sobretudo no início, aquele que já possui notável prática e conhecimento objetivo no tocante à resolução de eventuais obstáculos que fogem à regra daquilo que, de forma teórica, é ensinado no curso superior. Daí, a necessidade de uma preparação prática totalmente detalhada e aprofundada de maneira específica. Os principais objetos do curso de extensão denominado Advogando são: (1) promover discussões atuais e interdisciplinares, conjugando os conhecimentos do Curso de Direito da Faculdade Estácio Carapicuíba e conhecimentos diversificados relativos a temas concernentes à vivência jurídica material e processual. (2) fornecer ao acadêmico de Direito uma ferramenta ímpar para desempenhar sua profissão já nos primeiros passos da advocacia, superando, praticamente na totalidade, o receio de atuar em juízo de forma militante, eis que já terá conhecimento da sistemática de funcionamento prático do Poder judiciário. (3) proporcionar ao acadêmico segurança na atuação prática e um verdadeiro destaque no ramo profissional em que deseja atuar, agregando valores não somente à sua personalidade, mas também à instituição que se formou, além de proporcionar o enaltecimento desta instituição.

Palavras-Chave: concepções de professores; adaptação curricular; alunos com deficiência; ensino comum.

PROJETO TEORIA, OFICINA E PRÁTICA (TOP): APLICAÇÃO NO ÂMBITO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA ESTÁCIO DE CARAPICUÍBA E OS IMPACTOS DO COVID-19

Ribeiro, R. F.¹; Lopes, H. M. D. S.¹; Vieira, I. M. A.¹;

Souza, R. A.¹; Almeida, T. S.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da faculdade Estácio de Carapicuíba tem a finalidade, de promover com inovação a instrução na formação acadêmica e profissional dos estudantes do curso de direito, por meio da prestação de assistência jurídica gratuita, judicial e ou extrajudicial, aos membros da Comarca em situação de hipossuficiência, na forma da lei, bem como, na simulação de atos processuais e extraprocessuais. Os alunos do sétimo semestre devem realizar em caráter obrigatório, a partir do 7º período e com integralização de 3/5 da carga horária do curso de Graduação em Direito e aprovação nas disciplinas de Direito Processual Civil II e Prática Simulada Trabalhista, 300 horas de estágio prático curricular supervisionado e obrigatório. O estagiário deve realizar acompanhamentos de processos, atendimentos aos assistidos, atuação no núcleo de mediação, conciliação e negociação, audiências reais assistidas, audiências simuladas, elaboração de peças processuais em processos reais do núcleo de práticas jurídicas e plantões no núcleo de práticas jurídicas. Por seu turno, é atribuição do docente coordenador do NPJ é apresentar-se nas turmas de primeiro ao décimo períodos para explicar o funcionamento do laboratório do curso de direito, expondo as atividades de prática disponíveis aos discentes ao longo dos dez semestres previstos para a integralização da Graduação em Direito. Ademais, cabe ainda a este acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos discentes nas atividades de ensino, propostas e realizadas no âmbito do NPJ do Curso de Direito, efetuando avaliações preliminares ou finais dos estágios práticos um ao quatro. O presente trabalho teve o objetivo de descrever a implementação da prática aos estagiários do NPJ, juntamente à assistência jurídica gratuitamente prestada a Comarca de Carapicuíba. O método utilizado está lastrado pelas atividades estruturadas que integram a carga horária de algumas disciplinas obrigatórias da instituição, propostas e desenvolvidas pelos professores para serem executadas pelos alunos, de forma individual ou coletiva, fisicamente ou virtualmente, para abordar temas diversos, com a finalidade de dar autonomia ao aluno no seu processo transformativo em que assume a responsabilidade que alcança o seu aprendizado. No âmbito dos NPJs, a pretensão das atividades estruturadas é preparar o estagiário como sujeito ativo, reflexivo, criativo, inovador, empreendedor, que tenha autonomia nos estudos, para que possa construir ativamente o seu próprio conhecimento. Portanto, estas metodologias de atividades estruturadas visam promover uma mudança no processo de aprendizagem, integrando a instrução na formação acadêmica e profissional dos estudantes do Curso de Direito e a prestação de assistência jurídica gratuita, judicial e ou extrajudicial. A partir da metodologia das atividades estruturadas, no segundo semestre do ano de 2019, no âmbito do NPJ foi elaborado o projeto de Teoria, Oficina e Prática (TOP), com o objetivo do estagiário revisitar a teoria no laboratório, aplica-la por meio das oficinas de conciliação e mediação e integrar a prática por meio da audiência de instrução e julgamento, no sentido de estruturar as atividades, de acompanhamentos de processos reais, atendi-

mentos aos assistidos, elaboração de peças processuais em processos reais, petição inicial e contestação, atuação no núcleo de mediação, conciliação e negociação, audiências reais assistidas, audiências simuladas de conciliação e mediação, saneamento e instrução do processo e audiência de instrução e julgamento, atendendo diretamente as atividades anexas previstas no regulamento geral dos Núcleos de Práticas Jurídicas. O projeto TOP foi aplicado para o sétimo período, o primeiro semestre de estágio prático obrigatório na Faculdade Estácio de Carapicuíba, contendo 29 estagiários, que se preparam para atuar no 1º Mutirão de Assistência Judiciária Gratuita de Conciliação e Mediação, no “calçadão de Carapicuíba”, a ocorrer no mês de novembro de 2020, promovido pelo NPJ da instituição, consagrando as suas diretrizes de inovação, prática e cidadania. Ocorre que, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), editou o regulamento sanitário internacional, número 2005, reconhecendo o surto do novo coronavírus (COVID-19). A caracterização como pandemia mundial sobreveio em 11 de março de 2020 pela organização e um mês depois foram contabilizados quatro milhões e seis mil casos e duzentos e cinquenta e sete casos em todo o planeta, já no Brasil, foram registrados cento e sessenta e oito mil e trezentos e trinta e um casos. Naqueles primeiros meses do ano de 2020, não se imaginava, mas, a vida humana global e outros reflexos fundamentais desta doença na sociedade, impactariam de forma profunda os aspectos sociais, culturais, econômicos e jurídicos. A pandemia do Covid-19, pelo seu alcance integral, certamente está produzindo uma inflexão paradigmática do direito fundamental da vida. No NPJ não foi diferente, as atividades acadêmicas e de atendimento ao público, foram suspensas presencialmente em 23/03/2020, que perdurou até o dia 07/05/2020, com a volta do estágio prático autorizado por portaria do MEC e incorporado no plano de contingência, da Área de Ciências Jurídicas, 2020.1. Este plano previu, em síntese seis atividades, que foram aplicadas de forma totalmente digital pela ferramenta do TEAMS, da Microsoft. Inegável que o primeiro semestre de 2020, foi de profunda adaptação para o mundo e assim também, para o NPJ, o seu coordenador e seus estagiários. Sobreveio o segundo semestre de 2020 e novamente o MEC e o regulatório do Rio de Janeiro da Estácio referente aos NPJs, aplicou o plano de contingência 2020.2. Por esta esteira, que o NPJ da instituição, de forma inovadora adaptou este plano para aplicação do Projeto Teoria, Oficina e Prática (TOP), em um formato totalmente digital, para as turmas de estágio prático 1 manhã, estágio prático 2 manhã, estágio prático 1 tarde, estágio prático 2 tarde e estágio prático 3 tarde, contendo 120 estagiários, que entre as semanas dos dias, com início entre 12 a 16 de outubro de 2020, com término entre 16 a 20 de novembro de 2020, serão desenvolvidas as atividades do projeto “TOP DIGITAL” via “TEAMS”, em grupos de estagiários com 05 alunos, que poderão nominar, os seus escritórios de assistência judiciária, para fins de elaboração de contrato de honorários, procuração e petição inicial, será feito o recebimento da petição inicial, com a respectiva citação para o outro grupo de estagiários para responder a ação, com o oferecimento de contestação, juntamente o contrato de honorários e procuração. Haverá o saneamento do processo e a designação de audiências de conciliação e mediação e posteriormente, designadas as audiências de instrução e julgamento. O que se pode concluir é que a aplicação do projeto TOP, atividade estruturada, aplicado presencialmente, foi um sucesso entre os estagiários e cidadão, atendendo diretamente as diretrizes de inovação, prática e cidadania do NPJ da Estácio de Carapicuíba e mesmo diante dos desafios mundiais continua gerando conhecimento aos estagiários e garantindo cidadania às cidadãs e cidadãos da Comarca de Carapicuíba.

Palavras-Chave: prática jurídica; aprendizagem ativa; ensino de direito.

O DIREITO CONTRATUAL NO BRASIL E ORIGEM DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS E COMUTATIVOS E A POSSIBILIDADE DE INADIMPLEMENTO DOS CONTRATOS INTELIGENTES

Piscinato, G.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

O Objetivo desse trabalho foi pesquisar o mais novo Contrato Inteligente, que se denomina de Blockchain, que nada mais é do que uma rede elaborada de maneira publica com registro de transações, transações essas que possuem transferência de valores, onde todos os membros são semelhantes e todos checam a conta de todos os membros de maneira automática. O Blockchain é denominado dessa forma pois advém do fato que os pactos que são efetuadas ficam armazenadas em blocos, que são interligados um ao outro, quando são criados novos blocos estes são replicados para todos aqueles que estão de forma participativa nesta rede, fazendo com que assim, se mantenham sempre atualizados sobre aquilo que está ocorrendo. A justificativa reside que, nos dias atuais a tecnologia Blockchain já se é notada em inúmeras transações, um grande exemplo disso, são os fundos de investimentos, contratos de seguros, bolsa de valores, dentre outras coisas. A tecnologia Blockchain teve seu início no de 1991 por Stuart Haber e W. Scott Stornetta. No entanto, foi justamente por causa do trabalho de Satoshi Nakamoto que, em 2008, a história do Blockchain começou a se tornar importante. A Bitcoin foi a primeira aplicação da tecnologia de contabilidade digital. A partir do ano 2013 a 2015 Vitalik Buterin começou a colaborar com o Bitcoin e descobriu que as criptomoedas não utilizavam totalmente todas as opções que as redes de Blockchain deveriam fornecer, dando início a Ethereum. O que difere a Ethereum do Blockchain é a habilitação de uma nova função, onde se permite que as pessoas possam registrar outros ativos, como exemplo, slogans e contratos. A história e o desenvolvimento da Blockchain não pararam no Ethereum e no Bitcoin, pois nos últimos anos, mais precisamente no ano de 2018 vários projetos surgiram introduzindo novas atribuições que se utilizam recursos de Blockchain. No que tange a problemática acerca do tema abordado, encontra-se no fato do tema ser consideravelmente novo no Brasil, o que traz uma certa escassez de doutrinas, artigos, legislações que versam sobre o tema em questão. A fundamentação teórica se verificará nos estudos do Direito Civil, na Constituição Federal e jurisprudência. Dito isso, é de extrema notoriedade que é necessário a produção de uma legislação que resguarde os contratos inteligentes, para que dessa maneira estes mesmos contratos possam trazer uma segurança de forma mais efetiva no que tange ao direito contratual, ainda que esse direito contratual, seja elaborado de forma tecnológica, diferentemente do que se era previsto anteriormente. A metodologia utilizada neste trabalho foi elaborada de acordo com as teorias que tratam sobre o tema a ser desenvolvido, as legislações necessárias, doutrinas utilizadas e incluídas as decisões que foram tomadas pelos tribunais a respeito do tema citado. Foram também utilizados o Direito Estrangeiro e Eletrônico. Os resultados obtidos são satisfatórios, trazendo consigo a história dos contratos desde os povos primitivos, até os dias atuais com o Smart Contracts. Por fim conclui-se a extrema necessidade da produção de uma legislação que resguarde os contratos inteligentes, para que dessa maneira estes mesmos contratos possam trazer uma segurança de forma mais

efetiva no que tange ao direito contratual, ainda que esse direito contratual, seja elaborado de forma tecnológica, diferentemente do que se era previsto anteriormente.

Palavras-Chave: Blockchain; contrato; inadimplência.

OS NOVOS PACTOS CONTRATUAIS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: INÍCIO DOS CONTRATOS VIRTUAIS “SMART CONTRACT” NO BRASIL

Lemos, B. S.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

A presente pesquisa tem como objetivo abordar os temas relacionados aos contratos digitais “Smart Contract”, sua origem e prática no contexto internacional e nacional, estimulando o raciocínio acerca do tema e a debate entre os acadêmicos e operadores do Direito. O presente tema busca relacionar as práticas que deram início as bases dos contratos ao longo do tempo, especialmente no Direito Romano, como um dos mais antigos a colocar em prática a formalidade do contrato, mostrando que era possível negociar tudo o que era lícito e não violasse os bons costumes. A análise se fundamenta na demonstração que esse formalismo virou um entrave para as negociações que cada vez eram mais rápidas devido ao mercado que estava com sua movimentação muito acelerada. Chegando aos contratos digitais, sua base jurídica e prática no ordenamento jurídico brasileiro. O problema central da pesquisa demonstra que o ordenamento jurídico brasileiro carece de normas para regulamentar os contratos virtuais no Brasil, porém, por outro lado explana que os princípios são fatores importantes na validade do contrato, bem como, algumas recentes mudanças legislativa da força jurídica a esses contratos mostram a sua importância na sociedade brasileira, que a cada vez se torna um meio difundido e utilizado, tanto por sua praticidade quanto por sua simplicidade, coisa que no contrato normal exige-se todo um formalismo e rito. A fundamentação do estudo é demonstrando que as Nações Unidas trazem uma preocupação com as sociedades e seu desenvolvimento desde a década de 50 e 60 do século XX. O direito ao desenvolvimento ficou mais em evidência, consagrando-se como um direito humano, a partir da Resolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986 (Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento). Para se enfrentar as barreiras e empecilhos quando trata-se dos contratos virtuais “Smart Contract”, por ainda ser um tema muito novo no Brasil, o que faz com que exista uma carência de Leis que a regulamentam serão necessários os estudos doutrinário na bibliografia nacional e estrangeira acerca do tema, assim como, de artigos científicos publicados em Revistas renomadas. O desígnio com a pesquisa, é abrir caminho ou campo para os futuros acadêmicos e operadores do direito, bem como suscitar seu debate e influenciar outros acadêmicos ou professores e até mesmo o legislador a escrever sobre a atual matéria. Ao mesmo tempo é importante a discussão da validade, e da aplicabilidade do tema na vida dos cidadãos, cumprindo em geral as necessidades da sociedade, pois está diretamente ligada a liberdade individual e autonomia das pessoas em gerar ou pactuar os diversos tipos de contratos, bem como os “Smart Contracts”, como já descrito, contratos virtuais. A metodologia de pesquisa utilizada, envolve a pesquisa documental, bibliográfica, estudo de caso, documentações indiretas, teorias de doutrinadores acerca do tema, legislações e decisões judiciais. Os resultados são os melhores possíveis, trazendo linhas gerais sobre o tema e um mais adequado esclarecimento jurídico sobre os contratos virtuais “Smart Contract”. Por fim, além da experiência acadêmica, os desafios proporcionados nos ajudam a alçar novos ares, bem como gerar meios de pesquisa e análise para outros acadêmicos e operadores do direito

e colocar em debate a história e o futuro dos contratos virtuais.

Palavras-Chave: Smart Contract; contrato; origem.

SMART CONTRACT: A INOVAÇÃO CONTRATUAL QUE NECESSITA DE REGULAMENTAÇÃO

Lima, K. M. C.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

O objetivo dessa pesquisa é dar enfoque aos fenômenos jurídicos do mundo contemporâneo, trazendo a bojo as modificações na forma como as relações sociais se regem no novo século, estimulando reflexões acerca de como as ciências jurídicas uma das mais antigas da história da humanidade, se molda aos constantes avanços tecnológicos em lapsos temporais tão curtos. Justifica-se o intitulado Direito Digital (ou Direito Eletrônico) por ser um ramo que vem em uma constante evolução ganhando notoriedade pelos avanços que tem trazido, facilitando diversas atividades rotineiras no âmbito do mundo jurídico. Um dos mais recentes fenômenos advindos deste novo ramo do direito são os Smart Contracts, tal modalidade contratual criou uma espécie de contrato nunca visto antes, baseando-se em codificar o acordo de vontades das partes envolvidas no negócio jurídico e armazenar essas informações em uma plataforma denominada de Blockchain, que após receber os dados cria diversas cópias do arquivo em computadores espalhados pelo mundo, fazendo com que seja impossível que os dados sejam perdidos. Além disso, após ocorrer a inserção dos dados eles adquirem características de imutabilidade e auto executoriedade, que significa dizer que não pode ser alterado e que se cumprira independente de vontade alheia, limitando a obedecer apenas o que está pré-estabelecido em sua criptografia. O problema, todavia, por se tratar de um fenômeno sem nenhum paradigma absoluto, a sua utilização traz alguns percalços à vida jurídica. O presente trabalho tratará dos principais pontos de insegurança jurídica acerca dos Smart Contracts, como: a validade dessa modalidade de contrato; as matérias das quais poderia dispor; competência para julgar; necessidade ou não de uma legislação que regulamente a matéria por inteiro. A fundamentação desse estudo será se avaliar as Leis Civis, Constitucional e jurisprudência para esgrimir, sobre a validade e aplicabilidade dos negócios jurídicos feitos por essa nova modalidade contratual, estimulando reflexões nos operadores do direito com o intuito de que façam ponderações sobre quais serão as matérias que poderão ser objetos destes contratos, esse novel instituto pode implicar em instabilidade a segurança jurídica? Tendo em vista que nos atuais moldes do ordenamento não existem parâmetros para fixação da competência, base doutrinária ou jurisprudencial para que o magistrado tenha auxílio no seu julgamento. Como metodologia serão analisadas as garantias quanto a licitude do objeto que é figura central dos contratos, sendo a elaboração de contratos e as demandas referentes enquadrando-se no conceito de assistência do inciso II do artigo 1º da lei 8.806/94, com a participação do advogado diante dessa relação jurídica. A metodologia utilizada da pesquisa foi o uso do direito comparado buscando analisar a forma como a legislação de países onde o Smart Contracts já é uma realidade consolidada abordam o tema, junto a isso será utilizado o Direito Civil Brasileiro, as doutrinas e jurisprudências que já foram produzidas dentro do nosso ordenamento jurídico. Por fim, pesquisas históricas de modo a comparar evoluções contratuais com a mesma representatividade de modo a direcionar a fundamentação jurídica e, ao mesmo tempo, reforçar a argumentação e atingir. Releva-se o tema sob o

aspecto de que os moldes pelos quais os Smarts Contracts se regem, criam um padrão universal de contratos, trazendo assim não só reflexos imediatos as interações cotidianas, mas abrindo caminho para relações internacionais seja no setor público ou privado, podendo trazer melhorias expressivas a economia do nacional, sendo assim é de extrema importância que a traga segurança jurídica, não podendo ser demasiadamente flexibilizada a ponto de vilipendiar direitos das partes envolvidas.

Palavras-Chave: Smart Contract; contrato; regulamentação.

OS NOVOS PACTOS CONTRATUAIS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: SMART CONTRACTS, BLOCKCHAIN: A INALTERABILIDADE DOS CONTRATOS INTELIGENTES E A RESPONSABILIDADE PELA PROTEÇÃO DE DADOS

Lucas, S. D. S.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

O objetivo do presente tema a ser abordado é de trazer aos operadores do direito uma visão ampla e técnica dos impactos que a sociedade da informação vem ocasionando no mundo do ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que trabalhamos pelo sistema da Civil Law e o direito acompanha a evolução da sociedade com a criação de legislações que possam gerar tutela aos direitos a margem de constantes modificações na sociedade pós-moderna. Justifica-se no entanto a pesquisa a ser apresentada que, se guiou com enfoque na teoria dos contratos do direito civil brasileiro diante dessa evolução tecnológica, observando como o ordenamento jurídico ira recepcionar os denominados “Smart Contracts” ou “Contratos Inteligentes” elaborados e executados através da tecnologia “Blockchain”, que trata-se de uma tecnologia atuante pela programação em redes de criptografia, onde é possível o armazenamento de dados por cadeias de blocos seguros pela criptografia, que garante a inalterabilidade das informações ali armazenadas, visto que ela permite um compartilhamento de dados por diversos usuários ao mesmo tempo em uma única rede descentralizada, esta tecnologia também é denominada de “Distributed ledger” ou “Shared ledger” em razão de sua característica principal de compartilhamento de dados. A problemática se verifica desta feita, que os principais conflitos enfrentados por esta grande evolução no mundo dos contratos físicos, que dependiam de regulamentações em cartório e eram regidos por formas já previstas em lei, hoje estamos a frente de relações contratuais que com apenas um clique, de pessoas que não se conhecem, travam uma relação de direitos e obrigações através de uma rede de criptografia, que dependerá sua elaboração contratual de uma programação de dados nesta rede por um profissional da área e no mesmo momento da elaboração do pacto contratual, atendida a todas as exigências da expressa autonomia da vontade das partes, a própria rede de dados irá executar essas obrigações ali impostas automaticamente através da “Blockchain”, condições estas que não poderão ser alteradas. Portanto, a fundamentação analisado como se aplicaria a teoria da imprevisão dos contratos, ou “Clausula Rebus Sic stantibus”, e se daria a análise do reconhecimento de um ato nulo e anulável nessa relação de um contrato inalterável, também será observado a limitação da vontade das partes nessa relação autoexecutável e se tratando de um constante compartilhamento de dados expostos em rede, será observado a legislação que já consta em vigor sobre proteção do uso de dados, ademais a luz do instituto da Responsabilidade Civil será analisado os impactos causados no tratamento desses dados compartilhados, como se estenderá a responsabilidade de todos que irão estar envolvidos nessa relação contratual. A metodologia aplicada a presente pesquisa estará fortemente voltada a legislação internacional e principalmente aos princípios do direito, no entanto será mantida constante observação ao posicionamento dos tribunais frente as lides já travadas a respeito dessas relações contratuais em redes blockchain. No andamento da presente pesquisa, importante observar que a Organização Mundial das nações Unidas juntamente

com a Comissão das Nações Unidas de Direito Comercial Internacional já se posicionaram sobre essas constantes evoluções tecnologias e seus impactos nas relações contratuais, trazendo diretrizes e orientações não de forma impositiva, mas como uma norma modelo, portanto será indispensável se valer das fontes do direito por analogia e interpretação extensiva para conseguir alcançar essa dinâmica social.

Palavras-Chave: pactos contratuais; contrato inteligente; proteção de dados.

CAMINHANDO, CANTANDO E SEGUINDO A CANÇÃO: REPENSANDO A EDUCAÇÃO DURANTE E PÓS-PANDEMIA FACE O SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

Santos, C. M. J.¹; Grotherhorst, R.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

Esta investigação, ainda em andamento, tem como ponto de partida a reflexão sobre o modelo federativo brasileiro, que prevê a autonomia da organização político-administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 18, caput, CF), e suas implicações na promoção e garantia do direito à educação, em especial considerando a pandemia de Covid-19. A atual crise política e financeira tem provocado rupturas nas relações políticas nacionais e internacionais, gerando divergências não apenas na saúde pública, mas também em relação a outros direitos fundamentais sociais, como a educação. O objetivo do presente trabalho é demonstrar como conflitos de interesse das distintas entidades da federação, principalmente no atual cenário brasileiro de enfrentamento à pandemia, aliados a conflitos dentro da própria sociedade, podem agravar ainda mais os direitos de populações vulneráveis. A pandemia Covid-19 afeta, sobretudo, as populações mais pobres, já há tanto tempo privadas de direitos básicos. Para estas populações, a pandemia demonstrou ser ainda mais cruel. A vulneração do direito à saúde foi umas das primeiras evidências da pandemia. Mas tão logo os portões das escolas fecharam foi também possível se evidenciar o quanto tem sido negligenciado o direito à educação ampla e de qualidade. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende oferecer não apenas aportes teóricos sobre o direito à educação, mas avançar na reflexão sobre como conflitos federativos aprofundam a desigualdade no acesso à educação. Através de revisão bibliográfica e entrevistas em profundidade, pretende-se trazer reflexões sobre a proteção do direito à educação durante a pandemia e como se pode avançar na proteção a esse direito no pós-pandemia. A pandemia Covid-19 exigiu não apenas o isolamento social, fechamento temporário do comércio, restaurantes, bares e empresas em geral, mas também forçou uma adaptação de todas as atividades realizadas no cotidiano da população. O famoso termo home office ganhou contornos precisos quando parte da população passou a realizar seu trabalho profissional de forma remota. As escolas fecharam seus portões e as aulas também ganharam novos contornos no ambiente virtual. Sabe-se, porém, que a desigualdade no Brasil é gritante. Não são todas as pessoas que possuem computador, um bom plano de internet, e outros recursos necessários para participação de aulas no formato remoto. Foi enorme a evasão escolar de distintos grupos de estudantes neste período de pandemia, muito em decorrência da ausência de recursos e falta de condições para acompanhar as atividades escolares no formato online. Mas enquanto esse grupo vulnerável se viu desamparado pelo poder público; estudantes de classes privilegiadas e possuidoras de todos os recursos necessários, conseguiram não só garantir a evolução em seu status educacional e profissional, mas também garantir vantagens face àqueles que não tiveram as mesmas oportunidades. Em razão disso, essa pesquisa procura demonstrar que o sistema nacional de educação apresenta diversas lacunas. É necessário construir um sistema que impulse o desenvolvimento e o aprendizado não apenas para o mercado de trabalho,

mas para todos os outros estágios da formação dos indivíduos e da sociedade. Um novo olhar à luz da Constituição Federal pode tornar mais efetiva a inclusão de distintos grupos sociais, independentemente do território em que vivem ou da condição social que possuem, permitindo maior absorção e aproveitamento de conteúdo e fomento de novas ideias em diversos setores. Nesse sentido, deve-se olhar para o Brasil e para o seu cenário político. O país precisa de um esforço mútuo para avançar no cenário da educação de agora e projetar-se à frente das situações momentâneas para então estar mais preparado para enfrentar esses períodos mais conflitantes, como o atual. Portanto, é preciso refletir como o país poderá sair dessa situação sem grandes prejuízos, não deixando com que o compromisso com toda a nação se rompa. Em uma canção interpretada por Clara Nunes, *O canto das Três Raças*, se inicia com fortes palavras que ilustram essa triste e difícil fase em que muitos se sentem ignorados e injustiçados: “Ninguém ouviu um soluçar de dor, no canto do Brasil”. Os membros da federação devem usar a autonomia e a força que têm para legislar e executar, exatamente em favor do povo, promovendo os direitos mais básicos, em especial a educação, que se mostrou um direito tão sensível e fragilizado na pandemia. O povo, que é a nação, de onde emana todo o poder desta terra, deve estar consciente e saber o que é melhor não só para um ou para alguns, mas sim para todos. É exatamente esta a reflexão que se pretende fazer nesta investigação.

Palavras-Chave: direito a educação; Covid-19; modelo federativo brasileiro.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 1ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA

Vieira, I. M. A.¹; Almeida, T. S.¹; Lopes, H. M. D. S.¹;
Souza, R. A.¹, Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

O ordenamento jurídico brasileiro vem ao longo de algumas décadas buscar alternativas de implementar a conciliação e a mediação, a fim de criar meios alternativos para a solução dos conflitos ocasionados pela nossa sociedade. Não obstante, é sabido que o Estado mesmo detendo o poder de decisão, através da sentença, terá o dever e a obrigação de tentar solucionar tais conflitos de forma pacífica, não gerando outros tipos de conflitos em sociedade. Desta forma o artigo 98 da Constituição Federal de 1988, tem como assegurado o dever da implementação dos Juizados Especiais Federais e Estaduais, entende-se que este meio é célere, rápido e de fácil acesso, principalmente para os mais necessitados e com menos conhecimento. Vale ressaltar que o objetivo também é o desafogamento do judiciário, assim reduzindo a demanda no número de processos levados ao judiciário. A Lei 13.105/15 traz em seu teor toda normativa para implantação da conciliação e a mediação, e outros métodos que possam ser utilizados para solução de forma amigável aos conflitos fundamentais. Sendo assim, o Estado Brasileiro vem de forma clara e objetiva garantir a todos o acesso ao judiciário atendendo aos direitos fundamentais assegurados em nossa Constituição Federal. Criados estes institutos, para assegurar o acesso ao judiciário e desafogamento das demandas, o esperado é que não retornassem ao poder judiciário, porém a realidade é outra, tais demandas estão voltando para revisão, e até mesmo o cumprimento de sentença. Feitas tais assertivas, cabe destacar as modalidades de guarda permitida pelo judiciário brasileiro e a realização de uma análise sobre as modalidades permitidas. Com o término das relações conjugais, é o momento em que é necessário regularizar tudo que envolve a estrutura familiar e consequentemente as decisões que envolve diretamente a prole. Por muitas vezes, ou melhor, da maioria, as demandas são levadas para apreciação do CEJUSC através da sessão de conciliação e mediação, para que possam ser conduzidas de forma amigável decisões pertinentes e necessárias para a proteção dos interesses de ambos os envolvidos e principalmente da prole fruto da relação conjugal. No que tange as decisões e acordos realizados na sessão, foi abordado de forma aprofundada neste estudo o “tema guardas”, sua criação e evolução ao longo tempo, leis e dispositivos jurídicos que respaldam este instituto. Não obstante foram abordados os tipos de guarda e que normalmente adotadas nas sessões, para tanto utilizou-se às estatísticas do CEJUSC da Comarca de Carapicuíba – SP, utilizando os índices apontados como base para verificar, o cumprimento do acordo e os casos que retornam ao judiciário para execução de sentença. Todavia, para os casos que retornaram ao judiciário é valido apontar o que gerou o não cumprimento dos atos decididos e acordados em sessão da conciliação. Diante dos estudos realizados, podemos identificar com base nas informações estatísticas fornecidas pela 1ª Vara da Comarca de Carapicuíba/SP, utilizando de forma empírica e indutiva estes números. Na 1ª Vara do Foro

de Carapicuíba, em 2017 houve um total de 426 audiências de conciliação/mediação, das quais 93 foram exitosas e tiveram os acordos homologados e 89 seguiram para instrução por restar infrutífera; dos 93 acordos celebrados, 89 eram do Direito de Família e apenas 4 eram cíveis. Já no âmbito pré-processual, foram designadas 1623 audiências e apenas 810 restaram em acordo, o que representa cerca de 77,96%. No ano seguinte, ou seja, 2018, a 1ª Vara também contabilizou 556 audiências de conciliação/mediação designadas. Do montante, 540 eram causas do Direito de Família e 16 a causas cíveis. E apenas 152 acordos foram homologados, sendo 152 de família e somente 0 cível. No pré-processual, foram 2035 audiências designadas e 71,89% de acordos homologados, o que representa 798 casos solucionados. Em 2019, ocorreram 425 audiências de conciliação/mediação, deste volume, apenas 48,57% dos acordos foram homologados. Já as audiências pré-processuais, foram 1851, das quais 725 restaram frutíferas, 211 restaram infrutíferas, 10 foram canceladas, 52 redesignadas e as demais, 853 somam em ausências. Hoje ao fim de um projeto tão grandioso, é possível identificar que todas as expectativas foram alcançadas. Ao longo de todo o desenvolvimento do estudo a busca de informações relativas ao tema permitiu o aprofundamento no assunto, desta forma identificando possíveis causas para o aumento da demanda dos casos envolvendo as questões de guarda. Mesmo com toda a dificuldade decorrente da questão da pandemia, e consequentemente isolamento que restringiu a possibilidade de buscar informações presenciais, o apoio e incentivo por parte de nosso orientador estimulou a continuidade do projeto e alcance dos objetivos, encontrando meios e formas de adaptação à nova realidade em tempos de pandemia.

Palavras-Chave: solução de conflitos; conciliação; mediação; institutos; efetivos.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 2ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA

Souza, R. A.¹; Lopes, H. M. D. S.¹; Vieira, I. M. A.¹;
Almeida, T. S.¹; Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

O direito de acesso à justiça tem sido reconhecido através de garantias dadas aos cidadãos para que possam exercer seus direitos de modo efetivo, célere e justo. Nesse viés, o princípio garantidor do acesso à justiça consagrado no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal de 1988 possibilitou que qualquer pessoa ingressasse com a propositura de ação judicial para solucionar os conflitos existentes. Mas a morosidade e a complexidade das demandas levaram o judiciário a buscar métodos alternativos para tornar o sistema eficiente e permitir que a população pudesse ter a prestação jurisdicional à sua disposição. Não obstante, o artigo 98, também da Constituição Federal, instituiu a possibilidade de criação dos Juizados Especiais que se tornaram realidade a partir da edição da Lei nº 9.099/95. Desde então, houve uma facilitação do acesso à jurisdição e conseqüentemente, no início dos anos 2000, o sistema acumulava cerca de cem milhões de processos distribuídos. Como forma de contingenciar tanta demanda, foi preciso empregar meios alternativos para solucionar os conflitos. Nesse sentido, o Desembargador Kazue Watanabe, com o apoio de mais dois desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado São Paulo, passou a incentivar a aplicação do modelo de conciliação e mediação desenvolvido na escola de Harvard, nos anos 70 para promover a cultura de paz no judiciário brasileiro. Dessa forma, em 2010, o Conselho Nacional de Justiça, editou a resolução 125 para direcionar as soluções dos processos, por meio desses institutos a fim de focar nos interesses das partes, e não somente nos próprios conflitos. Este novo paradigma possibilitou às pessoas, mediante o diálogo, a chegarem em um acordo consensual e com validade jurídica. Com a crescente homologação de títulos executivos judiciais e extrajudiciais, a Lei nº 13.105/2015 tornou obrigatória a conciliação e mediação para qualquer processo cível da justiça comum. No entanto, vale destacar que tais institutos também podem ser utilizados no âmbito pré-processual, onde a parte reclamante convida a parte reclamada para participar de uma sessão de conciliação/mediação para se autocompor. Todavia, apesar do crescente número de audiências frutíferas, mesmo no âmbito dos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, muitas pessoas têm retornado ao judiciário para pedir revisão dos acordos celebrados ou cumprimento de sentença das decisões prolatadas em vias processuais. Contudo, é possível questionar se de fato os institutos supracitados possuem eficácia para reduzir exponencialmente as ações judiciais. Assim, visando analisar e contribuir com uma solução que pudesse trazer conforto para as partes que demandam no judiciário, utilizou-se das informações relativas as distribuições processuais e pré-processuais realizadas na Comarca de Carapicuíba. O intuito inicial desta pesquisa acadêmica era realizar a análise em loco a fim de mapear as demandas que se inserem na

problemática apresentada. Porém, em decorrência da Pandemia Global do Novo Coronavírus e da propagação da Covid-19, foi necessário modificar a metodologia de pesquisa e considerar apenas os dados estatísticos que a Comarca auferiu e concede anualmente ao Conselho Nacional de Justiça. Além disso, para facilitar o estudo dividiu-se cada Vara da Comarca para um integrante do grupo, e delimitou-se a natureza jurídica do Direito de Família para realizar a pesquisa. Ainda sobre a demarcação, cada membro ficou responsável por analisar uma matéria jurídica, sendo: divórcio, alimentos, guarda e visitas. O referencial teórico foi de suma importância para compreender como as normas jurídicas são estruturadas para garantir que os institutos em estudo sejam desenvolvidos no judiciário, e que possam “disseminar em todo o país a cultura da paz e do diálogo, desestimular condutas que tendem a gerar conflitos e proporcionar às partes uma experiência exitosa de conciliação”. Na 2ª Vara do Foro de Carapicuíba, em 2017 houve um total de 431 audiências de conciliação/mediação, das quais 139 foram exitosas e tiveram os acordos homologados e 111 seguiram para instrução por restar infrutífera; dos 139 acordos celebrados, 131 eram do Direito de Família e apenas 8 eram cíveis. Já no âmbito pré-processual, foram designadas 1623 audiências e apenas 810 restaram em acordo, o que representa cerca de 77,96%. No ano seguinte, a 2ª Vara também contabilizou 431 audiências de conciliação/mediação designadas. Do montante, 400 eram causas do Direito de Família e 31 a causas cíveis. Apenas 133 acordos foram homologados, sendo 132 de família e somente 1 cível. No pré-processual, foram 2035 audiências designadas e 71,89% de acordos homologados, o que representa 798 casos solucionados. Em 2019, ocorreram 394 audiências de conciliação/mediação, deste volume, apenas 53,41% dos acordos foram homologados. Já as audiências pré-processuais, foram 1851, das quais 725 restaram frutíferas, 211 restaram infrutíferas, 10 foram canceladas, 52 redesignadas e as demais, 853 somam em ausências. Findo o projeto, foi possível verificar a efetividade que a conciliação e a mediação têm no que tange estabelecer um ponto de diálogo entre as partes, seja em ação judicial ou em audiência pré-processual, o consenso e a cultura da paz instituída no judiciário permitem que as partes decidam um fim para sua pretensão. Nesse sentido, visando dar celeridade e economia processual, tais institutos fazem com que a decisão chegue tão logo para amenizar o ponto conflitante. Embora, este procedimento seja facilitado e rápido, ainda é preciso estabelecer alguns parâmetros para auxiliar as partes na tomada de decisão para que o resultado desse diálogo não prejudique o direito das partes de tentarem resolver seu conflito. Por isso, muitos acordos estão sendo revistos na jurisdição ou até mesmo o número de cumprimentos de sentença pode estar em crescimento.

Palavras-Chave: conciliação; mediação; autocompor; acordo; divórcio.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 3ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA

Almeida, T. S.¹; Lopes, H. M. D. S.¹; Vieira, I. M. A.¹;
Souza, R. A.¹, Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

Com o surgimento da Constituição Federal de 1.988, em seu art. 98, se instituiu a criação dos Juizados Especiais, os quais visam dar soluções mais céleres e eficazes as partes pleiteantes, garantindo o direito fundamental de: acesso à justiça, conforme disposto em seu artigo 5º, inciso XXXV; da ampla defesa, conforme disposto em seu artigo 5º, inciso LV; e do devido processo legal, conforme disposto no artigo 5º, inciso LIV, todos da Constituição Federal. Em meados dos anos de 2000, em virtude desta facilitação, o judiciário abarrotou-se de processos. Buscando alternativas para solução destes conflitos, Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, se uniram e aplicaram o modelo de conciliação e mediação criado nos anos de 1970, com foco em promover a cultura da paz. Desta feita, o Conselho Nacional de Justiça, publicou a resolução 125/2010, que busca atender aos interesses pessoais, não somente aos seus conflitos. Por conseguinte, houve redução considerável das demandas processuais. Com o advento da Lei 13.105, do Código de Processo Civil, ocorre à obrigatoriedade da conciliação e mediação de processos cíveis na justiça comum. Com a inclusão deste diploma legal, os processos são submetidos ao CEJUSC, para a realização de autocomposição, restando positivos, os acordos são homologados. Todavia muitos acordos batem novamente as portas do judiciário com pedidos de revisão e cumprimento de sentença. Não obstante, houve a necessidade de se aprofundar a pesquisa por meio empírico e indutivo junto à 3ª Vara Cível da Comarca de Carapicuíba, para análises e levantamentos de tais demandas. Algumas demandas que batem as portas do Judiciário, advém do rompimento da união conjugal. Contudo, vale ressaltar que tais demandas envolvem decisões com relação à forma de como será dirigida a vida e tudo que envolve a prole, momento este que os genitores precisam definir de forma amigável a participação direta na vida da prole. No que tange, a regulamentação de visitas, tema abordado no presente estudo, teve por foco as questões e formas de visitas existentes no nosso ordenamento jurídico, verificando sua aplicação e eficiência, e nos casos em que a demanda batem novamente as portas do Judiciário, identificar quais os seus motivos. Vale ressaltar que, muitas das vezes o fato dos genitores por motivos pessoais, no momento em que acordam a forma de visitas, deixam de primar pelo bem-estar do menor levando em consideração apenas suas particularidades, ocorrendo isto, é por óbvio que ao longo do tempo, ocorrerá desavenças entre os genitores, fato este que levará a demanda novamente ao judiciário. O estudo desenvolvido é com base nas informações cedidas pela 3ª Vara da Comarca de Carapicuíba/SP, onde foi possível identificar quantas demandas retornam pelo motivo de revisão de regulamentação de visita, podendo servir de início para futuros estudos a fim de sanar esta questão. Ainda que, os institutos de conciliação e mediação sejam eficientes para que as partes entrem em uma composição amigável, podemos notar no decorrer das

pesquisas, que muitas demandas retornam ao judiciário na busca de efetivar o acordo celebrado. O objetivo do presente estudo foi identificar uma solução para as partes, para que as mesmas ao buscarem novamente o judiciário para resolver seus conflitos, tenham sua demanda resolvida e com mais celeridade. Apesar dos contratemplos surgidos durante o período dos estudos, com o surgimento do Covid-19, desencadeando a pandemia global, nos impossibilitando de desenvolver as pesquisas presenciais, nos utilizamos das informações das distribuições processuais e pré-processuais perante a Comarca de Carapicuíba/SP, alcançando o principal objetivo dos estudos. Com tais informações fornecidas foi possível apurar perante a 3ª. Vara do Foro da Comarca de Carapicuíba/SP, os seguintes dados: no ano de 2017 houve um total de 725 audiências de conciliação/mediação, das quais 139 foram frutíferas e seus acordos homologados, e 324 seguiram à instrução, devido restarem infrutíferas; dos 139 acordos celebrados, 117 pertenciam ao Direito de Família, e apenas 22 eram cíveis. Já no âmbito pré-processual, foram designadas 1623 audiências, e apenas 810 restaram em acordo, o equivalente a 77,96%. No ano de 2018 o total de audiências de conciliação/mediação importou em 739, deste total 388 eram causas do Direito de Família e 351 pertenciam à área Cível. Apenas 131 acordos foram homologados, sendo 115 de família e apenas 15 na área cível. No pré-processual foram designadas 2035 audiências, e 71,89% dos acordos forma homologados, em um total de 798 casos solucionados. Já no ano de 2019, ocorreram 691 audiências de conciliação/mediação, deste total 109 pertenciam ao Direito de Família e apenas 40 a área cível, o que representa 30,22% de acordos homologados. O total das audiências pré-processuais foi de 1851, das quais 725 foram frutíferas e 211 infrutíferas, 10 foram canceladas, 52 redesignadas e 853 em ausências. Por fim, com a finalização do presente projeto, é possível afirmar que o objetivo das pesquisas e dos estudos foram alcançados, possibilitando buscas com relação à efetividade no âmbito da conciliação e mediação, no que se refere a um consenso entre as partes, com o intuito de trazer celeridade e economia processual a estes institutos.

Palavras-Chave: direito fundamental; conciliação; mediação; autocomposição; efetividade.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 4ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA

Lopes, H. M. D. S.¹; Vieira, I. M. A.¹; Souza, R. A.¹,
Almeida, T. S.¹; Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

A mediação e a conciliação são instrumentos jurídicos, criados para melhorar e simplificar a solução de conflitos, evitando que as partes recorram ao judiciário, e assim, consigam se entender através do diálogo. Este instrumento pode ser usado em diversas áreas, uma delas é no Direito de Família. O Código Civil de 2015 traz de forma objetiva, onde e quando poderão ser aplicados os instrumentos da conciliação e mediação, cabendo ao mediador ou conciliador buscar a pacificação e acordo entre as partes. As pessoas têm uma dificuldade natural de aceitar e admitir seus atos, e nos conflitos familiares, as partes vêm de longo desgaste, dificultando o diálogo. Geralmente esses envolvem inúmeras questões subjetivas, fazendo com que as partes busquem o judiciário e aguardem pela decisão de um terceiro para solucionar o conflito. A mediação e a conciliação trazem as partes a oportunidade de resolver não só o litígio relacionado a um direito positivado, mas também extrair o fortalecimento dos laços afetivos, uma vez que tal instrumento busca analisar e tratar a fundo a causa do conflito. Em relação aos conflitos relacionados aos alimentos, débito que dá ensejo à prisão civil, a mediação e a conciliação são recomendadas, pois tais casos, em sua maioria, envolvem situações afetivas complexas. Posto isso, é evidente a importância da conciliação e da mediação na solução de diversos conflitos, inclusive nos familiares, destacando seu objetivo de pacificar e restabelecer o diálogo entre as partes. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 98, assegura o dever de implementação de juizados especiais, entendido que é o meio mais célere para solução de conflitos de menor complexidade, e ainda, tem como objetivo diminuir os processos levados ao judiciário. Já o Código de Processo Civil de 2015, dispõe no artigo 334, caput a realização da audiência de conciliação e mediação como etapa necessária do procedimento comum no processo civil, buscando assim a autonomia das partes resolverem seus conflitos; e nos artigos 165 a 175, está disciplinado acerca da criação, organização e composição de Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC). Logo, neste foi abordado de forma aprofundada o estudo sobre alimentos, sua criação e evolução ao longo tempo, leis e dispositivos jurídicos que respaldam este instituto; sendo também feita a análise das audiências frutíferas realizadas no CEJUSC da comarca de Carapicuíba, mas que retornaram ou prosseguiram ao judiciário. Na 4ª Vara do Foro de Carapicuíba, em 2017 houve um total de 428 audiências de conciliação/mediação, das quais 126 foram exitosas e tiveram os acordos homologados e 130 seguiram para instrução por restar infrutífera; dos 126 acordos celebrados, 122 eram do Direito de Família e apenas 4 eram cíveis. Já no âmbito pré-processual, foram designadas 1623 audiências e apenas 810 restaram em acordo, o que representa cerca de 77,96%. No ano seguinte, 2018, a 4ª Vara contabilizou 402 audiências de conciliação/mediação designadas. Do montante, 117 eram causas do Direito de Família e 02 causas cíveis. E apenas 119 acordos foram homologados, sendo

117 de família e somente 02 cível. No pré-processual, foram 2035 audiências designadas e 71,89% de acordos homologados. O que representa 798 casos solucionados. Em 2019, ocorreram 303 audiências de conciliação/mediação, deste volume, apenas 53,41% dos acordos foram homologados. Já as audiências pré-processuais foram 1851, das quais 725 restaram frutíferas, 211 infrutíferas, 10 foram canceladas, 52 redesignadas e as demais, 853 somam em ausências. Com estes dados, concluímos que a mediação e a conciliação são meios céleres e eficazes para solução de conflitos, inclusive no direito de família. Evita que uma nova demanda ingresse ao judiciário, facilitando o diálogo entre as partes.

Palavras-Chave: mediação; conciliação; diálogo; direito de família; análise.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA COVID-19: ANÁLISES INICIAIS DE PESQUISA LEGISLATIVA E DOCUMENTAL

Queiroz, D. M. A.¹; Jandre, B. C. S.¹; Lisboa, L. V.¹

¹ Faculdade Estácio Euro-Panamericana de Humanidades
e Tecnologias - ESTÁCIO EUROPAN - SP

Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o surto da doença causada pelo COVID-19 como pandemia e uma das formas de prevenção tomada foi o isolamento social. Neste sentido, o Centro para o Desenvolvimento Global levantou em Abril do presente ano as possibilidades que aumentam a vulnerabilidade das crianças e mulheres em decorrência da violência doméstica e, uma delas, é a pandemia. Observa-se, portanto, o aumento da violência doméstica durante o período da pandemia; pelo caráter de aumento de suas vulnerabilidades, seja estando presas na quarentena casa com seus agressores, seja a falta de rede de apoio e de políticas públicas no começo da pandemia para esta situação de crise sanitária mundial. Deste modo, o presente trabalho faz parte de um projeto Estácio-PIBIC, unidade Cotia, que estuda as violências contra as mulheres no período da pandemia, dividindo-se em violência doméstica e violência obstétrica no ano de 2020. Nesse sentido, o objetivo é analisar as políticas públicas e as características de proteção à mulher contra a violência doméstica no período do COVID-19 no Brasil, no ano de 2020. O referencial teórico do presente trabalho é o Direito à Saúde, segunda geração de Direitos Humanos, sob a égide das Teorias Feministas. A metodologia se deu por meio de revisão exploratória de literatura e análise documental. Para a revisão de literatura utilizou-se como base de dados iniciais o “Google Scholar”, e os descritores “violência doméstica”, “COVID-19”, “quarentena”, “coronavírus”, “domestic violence”, “COVID-19”, “coronavirus” e “quarentena”, na língua portuguesa do Brasil e de Portugal, Inglês e Espanhol, com restrição de território geográfico ao Brasil, os operadores booleanos E/OU e AND/OR (em inglês), no período de 1 de agosto de 2020 à 23 de setembro de 2020. Além disso, como análise documental estudou-se as novas medidas protetivas legislativas e a resposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação ao grupo de trabalho formado especificamente para os casos de violência no período de quarentena. Como resultados parciais, observou-se que algumas medidas já foram tomadas, tais como: a) Lei 14.022, de 2020, que foi sancionada sem vetos e dispõe sobre medidas que deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços de atendimento para as vítimas de violência e também garante o atendimento de denúncias feitas por celular ou computador; b) iniciativa do CNJ em lançar campanha com o objetivo oferecer uma forma silenciosa para as mulheres vítimas de violência procurarem apoio em locais como farmácia e drogarias sinalizando um X na palma da mão; e c) aplicativo Direitos Humanos BR fundamentado pelo Ministério da Família, da Mulher e da Criança, em que a vítima faz a sua denúncia online e registra a reclamação de maneira prática e segura. Concluímos, até então, que a pandemia causada pelo novo coronavírus trouxe consequências em vários âmbitos e entre eles um intenso aumento da violência doméstica, o que despertou a necessidade de se criar políticas públicas e legislações que atendessem às vítimas de forma especial enquanto perdurar essa crise sanitária no Brasil.

Palavras-Chave: violência doméstica; coronavírus, COVID-19, quarentena, direito à saúde.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA COVID-19: ANÁLISES INICIAIS DE PESQUISA LEGISLATIVA E DOCUMENTAL

Jandre, B. C. S.¹; Queiroz, D. M. A.¹; Lisboa, L. V.¹

¹ Faculdade Estácio Euro-Panamericana de Humanidades
e Tecnologias - ESTÁCIO EUROPAN - SP

O mundo vive uma crise sanitária mundial que é a pandemia da COVID-19, resultando o distanciamento social, surgindo ou acentuando as vulnerabilidades de determinados grupos sociais. Entre essas vulnerabilidades, acentua-se a violência obstétrica, assunto que não é novidade no Brasil, mas que ainda existe e, muitas vezes, há o silenciamento de denúncias das mulheres vítimas de violência obstétrica. Com a pandemia da Covid-19 os índices dispararam. A violência obstétrica é caracterizada por toda violência física, verbal, psicológica, simbólica e sexual dirigida às mulheres grávidas, as parturientes e puérperas, não somente no parto, mas também durante todo período de gestação, no período do parto, nascimento e pós-parto. Deste modo, o presente trabalho faz parte de um projeto Estácio-PIBIC, unidade Cotia, que estuda as violências contra as mulheres no período da pandemia, dividindo-se em violência doméstica e violência obstétrica no ano de 2020. Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar as políticas públicas e as características de proteção à mulher contra a violência obstétrica no período do COVID-19 no Brasil, no ano de 2020. O referencial teórico do presente trabalho é o Direito à Saúde, segunda geração de Direitos Humanos, sob a égide das Teorias Feministas. A metodologia se deu por meio de revisão exploratória de literatura e análise documental. Para a revisão de literatura utilizou-se como base de dados iniciais o “Google Scholar”, e os descritores “violência obstétrica”, “COVID-19”, “quarentena”, “coronavírus”, “obstetric violence”, “COVID-19”, “coronavirus” e “quarantina”, na língua portuguesa do Brasil e de Portugal, Inglês e Espanhol, com restrição de território geográfico ao Brasil, os operadores booleanos E/OU e AND/OR (em inglês), no período de 1 de agosto de 2020 à 23 de setembro de 2020. Neste sentido, observou-se que em decorrência do isolamento gerou-se grandes problemas, principalmente no que tange ao direito ao acompanhante previsto na Lei Federal nº.11.108/2005, gerando enorme desconforto nas mulheres, pelo fato de ser um período em que se encontram mais frágeis, fisicamente, psicologicamente, acentuando-se por conta da pandemia. Outro problema identificado que as gestantes estão tendo de encarar é serem submetidas ao parto cesárea, sendo agendado o parto sem necessidade, mas sim por causa do medo que se gerou com a pandemia. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a cesariana só deve ser realizada quando realmente houver razões médicas para isso. Observou-se como resultado o Projeto de Lei nº. 3823/20 que prevê leitos exclusivos para atendimento às gestantes, prevê telemedicina para atendimentos no pré-natal, bem como a relativização do direito do acompanhante no local e o direito de visita, dependendo do protocolo de cada localidade. Tal projeto está em tramitação e aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, até a data de 23 de setembro de 2020. Além disso, observou-se campanhas do Ministério Público, FIOCRUZ, Defensoria Pública, dentre outras instituições, de conscientização sobre o tema. Por fim, ainda como resultados, o Ministério da Saúde organizou debate sobre o tema em julho/2020 para entender quais são as medidas a serem tomadas nos casos de

violência obstétrica e os direitos da gestante.

Palavras-Chave: violência obstétrica; direito à saúde; saúde da mulher; coronavírus; COVID-19.

OS DESEQUILÍBRIOS DE GESTÃO COMO ATRATIVOS PARA OS INVESTIMENTOS DOS FUNDOS DE PRIVATE EQUITY

Franca, T. N.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

Fundos de Investimento Privado, como os de Private Equity e Venture Capital são opções de investimento que têm apresentado crescimento muito significativo no Brasil a partir do início dos anos 2000. Tais fundos apresentam-se como uma alternativa de financiamento para determinadas empresas que encontram dificuldade em conseguir aportes financeiros mais significativos, seja para alavancarem suas participações no mercado, como para buscarem ganhos de valor no longo prazo. Em sua maioria, estes fundos privados de investimento buscam empresas promissoras e nem sempre com gestões equilibradas e sustentáveis a longo prazo, propondo seus próprios modelos de negócio e participando efetivamente de suas gestões. Seu objetivo final é valorizar estas empresas para posteriormente recolocá-las no mercado, auferindo seus retornos por ocasião dos desinvestimentos. Assim sendo, este trabalho tem como propósito apontar e analisar as principais variáveis internas de gestão que fazem destas empresas alvos rotineiros dos fundos privados de investimento, em especial dos Fundos de Private Equity.

Palavras-Chave: Private Equity; Governança Corporativa; Assimetria de Informação; Custos de Agência.

HOSTILIDADE NA PRODUÇÃO DE DESIGN E DO ESPAÇO

A Clementino, G. S.¹; Yope, N. C.¹; Castanheira, E. B.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA - SP

A cidade deriva da relação estabelecida entre indivíduo e natureza. Esta conexão, cujo domínio é pertença do sujeito, não só amplifica esta supremacia como também desenha as interpretações e os sentidos que o indivíduo é capaz de construir e que se consolidam como o repertório de leitura do seu contexto. Resulta também da perspectiva, por meio da qual, o sujeito constrói este vínculo, o que rege a forma como se dará o processo de entendimento e de explicitação de seu entorno, de seu contexto. Nesta perspectiva o presente trabalho procura elencar manifestações no âmbito urbano que caracterizam o design hostil. A pesquisa teve início com a leitura sobre a intersecção entre o design e a cidade, mas, sobretudo, com a pesquisa in loco, ou seja, por meio da observação cotidiana dos elementos que contribuem para a hostilidade urbana. Posteriormente, esta pesquisa se consolidou por meio da pesquisa netnográfica. Dos dados obtidos foi possível perceber que o design hostil, um termo relativamente recente, apresenta um âmbito tangível e um âmbito intangível. A tangibilidade do design hostil migrou dos equipamentos públicos, passando pelo gradeamento de residências e prédios até alterar a estética do mobiliário urbano. Estamos, portanto, falando de duas esferas: a privada e a pública. A intangibilidade do design hostil, por seu turno, está relacionada com a interface ofertada pela cidade. Como conclusão observou-se que a megacidade contemporânea, apesar de sua vocação primeira para abrigar o cidadão, constitui-se como um espaço cada vez mais fragmentado que aparta o indivíduo em função de sua condição socioeconômica e, com a pretensão de se tornar segura, adquire características ostensivas de hostilidades. Um segundo aspecto verificado por meio das informações analisadas se refere à estética instalada, não apenas com relação aos dispositivos “ditos de segurança”, mas, também uma estética subliminar, menos acolhedora, e que evidencia que nem todos são bem-vindos em determinados locais, praticando o design “exclusivo”. Por outro lado, e, em paralelo, as cidades vivenciam uma retomada do seu espaço urbano, por meio de iniciativas de base que, por meio de coletivos organizados por cidadãos, organizam apropriações urbanas e repensam a relação com a cidade em face de contingências e demandas contemporâneas.

Palavras-Chave: design; design hostil; espaço urbano.

ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE EMPRESAS DA REGIÃO OESTE DE SÃO PAULO PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Salgado Junior, S. S.¹; Fernandes, M. V. M.¹

¹ Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades e Tecnologias – ESTÁCIO EUROPAN - SP

Um dos grandes desafios da atualidade é a otimização dos recursos disponíveis, de forma a alcançar um consumo sustentável de recursos naturais. Em particular, cidades na divisa oeste da Grande São Paulo abrigam um número crescente de empresas de armazenamento, logística e transporte de carga. Esse crescimento demanda a adequação de suas instalações físicas para um consumo de energia elétrica consciente e sustentável. Este trabalho apresenta um levantamento de empresas na região metropolitana oeste de São Paulo sediadas nas cidades vizinhas de Cotia, Barueri e Osasco que apresentam aparelhos de climatização de ambientes. Nosso objetivo era estudar as possíveis correlações entre a existência de uma climatização de ambiente com características das empresas, como tamanho, localização, número de funcionários, entre outros. Nossas análises mostram que mais da metade das empresas tem instalações de climatização em ambientes. Pudemos constatar que a presença de climatizadores é maior em empresas com menos funcionários. Usando um ajuste probabilístico de densidade kernel, podemos perceber há uma predominância de climatizadores de ar em empresas que tenham iniciado suas operações entre 2000 e 2015. Como resultado adicional, nosso estudo também aponta um aumento no número de empresas que passaram a adotar climatizadores de ar durante o período de quarentena em função da pandemia de COVID-19.

Palavras-Chave: energia elétrica; consumo; climatização.

A NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: FÁBRICAS INTELIGENTES

Pinheiro, R. F.¹; Majer, A. P.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades e Tecnologias – ESTÁCIO EUROPAN - SP

² Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

Fundamentada em sofisticadas tecnologias de automação e eficientes sistemas de troca de informações, a Indústria 4.0 apresenta uma visão do que será a Fábrica no Futuro. Esse novo conceito influenciará o cenário econômico futuro e quanto maior for o grau de digitalização nos processos e operações industriais, maior será o desejo para integrar ainda mais tecnologias a estes. Neste contexto, o presente projeto buscou conceituar a indústrias 4.0 e sua aplicabilidade na realidade brasileira. Para isso foi realizado um amplo levantamento bibliográfico em bases de dados científicas produzidos nos últimos 20 anos, focando nos aspectos relativos à Indústria 4.0 e à Indústria Inteligente. As informações compiladas foram organizadas e sistematizadas de modo a responder as perguntas norteadoras do presente. Sendo assim, foi possível identificar que o conceito de Indústria 4.0 baseia-se no Programa Industria 4.0 alemão, que vem se destacando e atraindo a atenção de diversas empresas ao redor do mundo. Esse novo conceito aponta diretrizes para a empresa atuar no mercado futuro, visando o desenvolvimento de fábricas inteligentes que utilizam tecnologias de automação integrada e de robótica. A Indústria 4.0 pode então ser compreendida como um termo coletivo para tecnologias e conceitos de uma organização. Nesse modelo os sistemas são conectados verticalmente, onde as tecnologias de fabricação são atualizadas e transformadas através do Sistemas Ciber-Físicos (CPS), sistema este que tem como base a integração da computação, redes de comunicação e processos físicos, que tem como objetivo monitorar e controlar diversos dispositivos, máquinas e equipamentos de um processo produtivo por meio de uma rede, possibilitando a comunicação entre os dispositivos físicos e sistema cibernético. Os CPS têm como base os 3 “C’s”: Comunicação, Computação e Controle da Informação. Os 3 “C’s” possibilitam a interação colaborativa em tempo real entre o mundo real e o mundo virtual por meio da interação cíclica entre processos computacionais e processos físicos. A incorporação da Internet das Coisas (IoT) aos CPS é considerada o futuro da Indústria 4.0, pois a partir deles, os equipamentos da linha de produção poderão integrar dados aos sensores e sistemas de informação, formando um ambiente industrial interativo, conectando os espaços virtuais com a realidade física. Somado a isso, nos últimos anos as informações e tecnologias, como Internet das Coisas, Grande Dados (Big Data) e armazenamento em Nuvens (Cloud), alcançaram um desenvolvimento significativo, promovendo a transformação e modernização de empresas de manufatura para fabricação inteligente. Portanto, o conceito de Industria 4.0 abrange um conjunto de tecnologias de ponta, conectados à internet com objetivo de tornar os sistemas de produção mais flexíveis e colaborativos. Este se baseia em seis princípios, Interoperabilidade, Virtualização, Descentralização, Capacidade em tempo real, Orientação de Serviço e Modularidade, princípios esses que apoiam os profissionais no desenvolvimento de soluções apropriadas para as empresas e na identificação e implementação de novos cenários produtivos. Essa nova estrutura de produção, dotada de dispositivos “Inteligentes” ligados à rede de internet com alta capacidade de comuni-

cação, serão a chave para atingir um alto grau de flexibilidade necessário para atender as exigências do mercado futuro. A implantação da Indústria 4.0 requer uma força de trabalho com altos níveis de habilidade, e como toda nova tecnologia, um dos principais benefícios do conceito é a redução de custos e o aumento da eficiência. No momento em que o setor industrial se posiciona globalmente como motor de crescimento econômico, tendo um papel fundamental na estabilidade social e geração de emprego, com um rápido desenvolvimento de tecnologias, elevando o setor sem precedentes, as indústrias brasileiras continuam operando baseadas nas tecnologias propostas pelas segunda e terceira revolução industrial. A transição para a indústria 4.0 tende ser gradual, muitas indústrias brasileiras já têm em seus processos alguns dos conceitos de manufatura digital, mas não conseguiram migrar em sua totalidade, pois ainda esbaram em problemas em sua cadeia produtiva. Apesar dos desafios, existem iniciativas que vem estimulando o desenvolvimento da indústria 4.0 no Brasil. O Brasil possui uma forte tendência para ser bem-sucedida nessa transformação. Uma estimativa de redução anual para os custos industriais no Brasil a partir da sua migração, aponta este como sendo de no mínimo R\$ 73 bilhões/ano, com aproximadamente R\$ 34 bilhões/ano resultando do ganho de eficiência, R\$ 31 bilhões/ano da redução nos custos de manutenção de máquinas e R\$ 7 bilhões/ano do consumo de energia. A Indústria 4.0 vem abordando e propondo soluções para diversos desafios que a indústria tradicional vem enfrentando a nível mundial, como a melhora no processo produtivo, ganhos de eficiência produtiva e energética, redução de processos logísticos, atendimento aos requisitos ambientais e preservação de recursos para geração futuras. O avanço da tecnologia associado a velocidade imensurável da internet está permitindo que as empresas se revolucionem, atingindo em pouco tempo patamares que levariam anos para atingir. O uso intenso das tecnologias, estão permitindo uma maior integração de processos e produtos, diminuindo barreiras, principalmente as relacionadas ao distanciamento e compartilhamento de informação, resultando em inegáveis benefícios para o setor e sociedade.

Palavras-Chave: indústria 4.0; indústria inteligente; sistemas ciber-físicos.